

26 JUL 2014

# GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

# OAB-PR quer pressionar STF pelo fim do auxílio-moradia para juízes

## OAB-PR cobra decisão sobre auxílio-moradia

Em reunião, o Conselho Estadual da OAB paranaense decidiu pedir à Ordem nacional para que pressione o STF a decidir sobre a constitucionalidade do pagamento do auxílio-moradia para juízes.

Presidente da entidade, Juliano Breda, avalia que recorrer ao Conselho Federal da Ordem é a única maneira de tentar barrar o benefício

Chico Marés

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) decidiu pedir ao Conselho Federal da OAB para que este pressione o Supremo Tribunal Federal (STF) a concluir o julgamento sobre a constitucionalidade do auxílio-moradia. A decisão foi tomada pelo Conselho

Estadual da OAB-PR, na tarde de ontem. No entendimento do presidente da ordem, Juliano Breda, esta seria a única medida possível neste momento. A entidade é contrária ao modelo de auxílio-moradia regulamentado pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná.

Para Breda, como esse auxílio é pago em 14 estados, há uma necessidade de regulamentação por parte do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre como ele deve ser aplicado. Entretanto, o CNJ tem se recusado a se manifestar sobre o tema enquanto o julgamento de um mandado de segurança referente a esse assunto, que tramita desde 2007 no STF, não for concluído (leia mais ao lado).

“Juridicamente, nós entendemos que o único lugar possível e conveniente para decidir de forma definitiva sobre esse tema é o STF”, disse Breda. Diante disso, os conselheiros acionaram o Conselho Federal para que este pressione os ministros para votarem a matéria. Para Breda, essa era a única saída juridicamente possível para a OAB-PR neste momento.

**CONTINUA**

Nos bastidores, comentou-se que havia a possibilidade de a OAB-PR ingressar também com uma medida junto ao CNJ visando suspender os pagamentos. Entretanto, a avaliação foi de que a possibilidade de sucesso era pequena e que, mesmo que o pagamento fosse suspenso, o STF tenderia a dar ganho de causa aos magistrados.

### Parecer contrariado

No dia 14 de março a OAB aprovou um parecer que considera o auxílio constitucional desde que com caráter indenizatório, pago em caráter temporário para as despesas de moradia de magistrados que atuam em cidades sem residência oficial e na qual não possuam imóvel próprio. Só poderia ser pago o próprio valor do imóvel.

Entretanto, no dia 3 de julho, o TJ determinou algo diferente: o pagamento do auxílio-moradia a todos os magistrados, no valor de 15% de seus salários. A única recomendação acatada pelo TJ foi o não pagamento do auxílio a magistrados inativos e a proibição de que casais de magistrados recebam o auxílio duplamente.

26 JUL 2014

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### LENTIDÃO

**Mandado de segurança  
contra pagamento está  
parado desde 2007**

Um mandado de segurança da Associação dos Magistrados do Mato Grosso do Sul (Amamsul), apresentado em 2007, está parado há mais de quatro anos no Supremo Tribunal Federal (STF). No processo, a associação pede a derrubada de uma decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que suspendeu o pagamento de auxílio-moradia a juízes do estado. O julgamento deste processo foi iniciado em 2009, mas apenas dois ministros votaram: Marco Aurélio Mello e Carmen Lúcia, ambos favoráveis à associação. Em 2010, o ministro José Antônio Dias Toffoli pediu vistas ao processo, devolvendo somente em 2013. Desde então, o processo pode ser votado, mas não é colocado em pauta. (CM)

# Prefeitura precisa de R\$ 419 milhões para suprir demanda por creches

Orçamento da área teria de mais que dobrar e o dinheiro destinado para toda a pasta de educação aumentar em 35,4%

*Carolina Pompeo, especial para a Gazeta do Povo*

**Para cumprir a exigência da ação civil pública protocolada em julho pelo Ministério Público e abrir 24 mil vagas na educação infantil nos próximos dois anos, a prefeitura de Curitiba precisaria injetar mais R\$ 419 milhões no orçamento da área. Segundo dados da Secretaria Municipal da Educação (SME), a educação infantil custa ao município hoje R\$ 316,5 milhões ao ano — R\$ 182 milhões para o pagamento de pessoal, R\$ 74,5 milhões para as despesas de manutenção (como alimentação, limpeza e mobiliário) e R\$ 60 milhões para o custeio de despesas indiretas e eventuais. Com esse valor são atendidas 43.190 crianças matriculadas em unidades da rede pública e privada conveniada.**

Em um universo de números sempre altos, aten-

der à solicitação do MP, segundo projeções da SME, custaria aos cofres municipais R\$ 228 milhões para a construção de 120 Cmeis e R\$ 191 milhões para manutenção — um acréscimo de R\$ 419 milhões na conta anual. Se considerado o orçamento de 2014 para o setor de Educação, de R\$ 1.182 bilhão, a pasta precisaria receber 35,4% a mais em 2015.

“Orçamentariamente falando, não existe a possibilidade de dispor quase R\$ 500 milhões para atender apenas a essa demanda. Ela deve ser suprida, e trabalhamos para isso, mas dentro da possibilidade orçamentária real”, explica o superintendente executivo da SME, Marcos Schiefler Filho.

Mesmo que o prefeito Gustavo Fruet cumprisse sua promessa de campanha de aumentar a aplicação em Educação para até 30% das receitas do município até 2016, o valor resultante não seria suficiente para atender ao pedido do MP. Neste ano, a aplicação de receitas próprias de Curitiba (principalmente impostos como IPTU, ISS e ITBI) na pasta atingirá 26,5%, ou R\$ 939 milhões, segundo a SME. Em 2016, o alcance dos 30% deverá representar mais R\$ 399 milhões e resultar em um montante de mais de R\$ 1,3 bilhão — número aquém do R\$ 1,5 bilhão anual necessário

para a construção e manutenção dos 120 Cmeis. Em relação ao orçamento total do município para 2014, de R\$ 7,165 bilhões, a parte da Educação corresponde hoje a 16,5%.

## Histórico

A falta de vagas na educação infantil pública é um problema histórico em Curitiba. Segundo o MP-PR, há 10.179 crianças aguardando na lista de espera. Já a SME diz que a demanda manifesta atual é de 9.349 crianças.

De acordo com Schiefler, para atender à demanda da educação infantil, a prefeitura atua em três frentes: construção de novas Cmeis, busca por vagas ociosas nas escolas da rede municipal (do 1.º ao 5.º anos), e firmar convênios com a rede privada. Com essas medidas, se prevê a criação de 13.350 vagas — número suficiente, afirma a SME, para cumprir a meta municipal estipulada para o fim de 2016 de zerar a lista de espera por vagas na pré-escola e de ofertar até 50% das vagas necessárias em creches.

Para 2015, primeiro prazo definido pelo MP, a SME garante a abertura de 1.800 vagas, graças à previsão de inauguração de 10 novos Cmeis, mais 360 vagas nas instituições particulares conveniadas, a partir de agosto deste ano, e outras 500 vagas até o início do ano que vem. O restante deve ser ofertado até 2016.

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### DE ONDE VEM O DINHEIRO

# 26 JUL 2014

O dinheiro destinado às creches e unidades da pré-escola chega até os municípios por três vias:



#### SALÁRIO-EDUCAÇÃO

É uma contribuição social recolhida pelas empresas e corresponde a 2,5% da folha de pagamento. O montante arrecadado é distribuído entre o governo estadual e as prefeituras de acordo com o número de matrículas na educação básica das respectivas redes de ensino.

#### PROINFÂNCIA

Custeado por recursos do Salário-Educação, é um programa federal pelo qual o município fornece o terreno e a União banca a construção de Cmeis e 12 meses de manutenção, até que a nova instituição conste no censo escolar e passe a receber recursos do Fundeb.



#### FUNDEB

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação é uma conta de âmbito estadual que recebe 20% dos impostos federais e estaduais e valores provenientes de transferências dos estados e municípios. Os recursos gerados são aplicados exclusivamente na educação básica.

É do Fundeb que vem a quantia necessária para cobrir o custo anual mínimo por aluno matriculado, valor esse definido nacionalmente.



#### ARTIGO 212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Dispositivo legal fundamental, que estabelece que o município é obrigado a investir em educação a porcentagem mínima de 25% da receita resultante de impostos como o IPTU, ISS e ITBI, que não são destinados ao Fundeb.

Fonte: FNDE e Prefeitura de Curitiba.  
Infografia: Gazeta do Povo.

### ALTERNATIVA

#### Será necessário aumentar a rede privada conveniada

Diante do reconhecimento de dificuldades orçamentárias, técnicas e burocráticas enfrentadas pela administração municipal para suprir a demanda imediata por vagas, o MP sugere uma alternativa: matricular as crianças da fila em escolas da rede privada. A estratégia já é conhecida: a prefeitura de Curitiba possui convênio com 81 instituições de ensino particulares nas quais estão matriculadas 8.777 crianças. O custo dessa manobra para a prefeitura é de R\$ 38 milhões por ano, montante dividido e repassado bimestralmente para as entidades.

Apesar de resolver o problema imediato, na avaliação de Ângelo Souza, doutor em Educação e coordenador do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), no entanto, a alternativa é temerária. "A Lei de Diretrizes de Base reconhece a transferência de recursos, mas essa medida é um desserviço. Assim o governo não precisa mais assistir àquela criança, sendo que isso é de sua competência. Transferir a educação para o segmento privado é uma medida para resolver emergências, não para virar política de educação", avalia. A SME garante, por sua vez, que as crianças matriculadas na rede conveniada não sofre nenhum prejuízo em rela-

ção às que frequentam a rede pública. "As instituições parceiras passam por um processo de avaliação e adequação antes de firmar convênio com a prefeitura. Há exigência de projeto político-pedagógico, estrutura física e formação de professores e educadores nos mesmos parâmetros praticados pelos Cmeis", explica o superintendente executivo da SME, Marcos Schiefler Filho. (CP)

#### em Curitiba

- Curitiba tem 199 Cmeis
- 8 novas unidades estão em construção e 2 já licitadas
- Cada unidade custa em média R\$ 2,5 milhões

• Em 2014, o valor repassado pelo Fundeb é de R\$ 3.088,41 por aluno matriculado. Para a Educação Infantil de Curitiba foram repassados R\$ 133,4 milhões, de acordo com dados do Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

- Em 2014, a Educação recebeu 26,5% da receita resultante de impostos, o que equivale a R\$ 939 milhões.
- Em 2016, o montante repassado deve chegar a 30%, o que representa uma injeção de R\$ 399 milhões no orçamento da pasta.

### CONTINUA

## Não tem como o município dar conta sozinho, diz especialista

■ No início de julho, o Ministério Público do Paraná propôs uma ação civil pública contra a prefeitura de Curitiba, exigindo o atendimento integral, até o início do ano letivo de 2015, de cerca de 10 mil crianças e a criação de mais 14 mil vagas até 2016, tendo em vista a Emenda Constitucional 59.

A ação é resultado de uma investigação realizada pelo MP desde 2011 para identificar demandas educacionais em todo o estado. O levantamento revelou a dificuldade que as prefeituras têm em fornecer uma rede de educação infantil suficiente às necessidades da população: nenhum dos 399 municípios paranaenses supre a demanda de vagas em creches (para crianças de zero a 3 anos) e apenas 53 conseguem ofertar vagas suficientes na pré-escola (para crianças de 4 a 5 anos).

De acordo com Ângelo Souza, doutor em Educação e coordenador do curso de Pedagogia da UFPR, o déficit de vagas na educação infantil pública é histórico e remonta às falhas estruturais da educação no Brasil. “Historicamente, o Brasil nunca considerou educação infantil como etapa educacional. Até 1996, era considerada assistência social. Foi só com a Lei de Diretrizes de Base que esse cenário mudou. Mas esse atraso gerou um déficit de décadas para o poder público”, explica Souza.

Além disso, ele aponta outros dois fatores que dificultam o desenvolvimento pleno de políticas de educação: a responsabilidade pelo fornecimento da educação in-

fantil pertence aos municípios, os menores entes da União e, portanto, com os menores orçamentos. Por fim, a instituição da Emenda Constitucional 59 ampliou a responsabilidade municipal, que agora deve atender toda a população a partir dos 4 anos. “Não tem como um município dar conta sem recursos do governo estadual e federal”.

### Entraves

Entre os obstáculos que precisam ser driblados está o alto custo de manutenção das unidades em funcionamento. A construção da creche é financiada pelo programa federal Proinfância, mas a manutenção — que engloba a folha de pagamento de funcionários, reformas, equipamentos e despesas de rotina como alimentação — cabe à administração municipal e custa caro. “Hoje, apenas o nosso quadro de funcionários custa R\$ 182 milhões ao ano. Seguimos um padrão de qualidade exigido pelo convênio com a União”, diz o superintendente executivo da SME, Marcos Schiefler Filho.

Há ainda problemas de ordem técnica, como a falta de terrenos. “Hoje, temos dificuldade para encontrar terrenos devido às dimensões exigidas pelo programa federal e pela localização, pois precisa ser em uma região da cidade que atenda às pessoas que necessitam”, explica Schiefler. (CP)

26 JUL 2014

# GAZETA DO POVO

## Mestres da ficção

Enquanto alguns candidatos declaram pobreza absoluta à Justiça Eleitoral, outros informam a posse de recursos que não existem

**O** contribuinte metuculoso, que nada tem a esconder do fisco, além de eventuais patrimônios imobiliários, veículo ou mesmo títulos de clubes, anota também até mesmo centavos que tinha depositados em conta bancária na declaração anual de bens para fins do Imposto de Renda. Supõe-se, portanto, que há algo de estranho quando contribuintes não dão conhecimento à Receita de que guardam patrimônio monetário — isto é, dinheiro — debaixo do colchão ou atrás do armário. Ou, ao contrário, confessam à Receita ter um dinheiro que de fato não possuem.

O tema vem à discussão quando se descobre — conforme reportagens que a Gazeta do Povo publicou nesta semana — que não poucos candidatos às eleições de outubro informaram à Justiça Eleitoral que dispõem de dinheiro vivo, em casa. As informações enviadas pelo candidato ao TRE se baseiam nas declarações de bens e renda que entregaram à Receita Federal no último exercício. Fossem pequenas as importâncias escondidas debaixo do colchão, nada a estranhar — mas alguns candidatos chegaram a mencionar valores em espécie de até R\$ 800 mil.

No mundo atual, em que os bancos são o lugar mais seguro para guardar as economias e as casas certamente não são fortalezas invulneráveis a assaltos, não parece ser uma medida sensata mantê-las no quarto ou na sala de visitas. Mas uma declaração dada ao jornal permite levantar a suspeita de que alguns outros candidatos escondem mais do que dinheiro — escondem também uma esportezza que lhes servirá, na futura prestação de contas à Justiça Eleitoral, para burlar a lei que lhes proíbe fazer uso de “caixa dois”.

Procurado pela reportagem deste jornal, um dos candidatos que revelaram ter dinheiro vivo em casa apresentou uma singela explicação: de fato, ele não tem o dinheiro; trata-se de uma ficção que servirá para justificar os gastos de campanha. Em outras palavras, ele não precisará informar à Justiça Eleitoral os nomes de quem lhe fez doações. E isso é bom para os dois lados.

Não é crime guardar dinheiro na gaveta em vez de levá-lo ao banco ou de aplicá-lo numa (não tão rentável, nos dias que correm) poupança. Não se comete também nenhum delito ao declarar a existência de valores monetários ao Imposto de Renda, desde que se comprove que a origem do dinheiro é lícita e compatível com seus ganhos. O problema está — conforme confessado por um dos entrevistados pela **Gazeta** — em declarar à Receita um dinheiro de ficção com propósitos indeclaráveis.

O contrário também é preocupante. Há candidatos que apresentam atestados de pobreza que dariam inveja a um São Francisco de Assis, muito embora na vida cotidiana mostrem sinais de levá-la com conforto — certamente porque, previdentes, seus bens e rendas encontram-se em nome de outras pessoas.

A quem esses candidatos pretendem enganar fazendo de suas declarações de bens peças de ficção, seja atestando uma pobreza absoluta que não vivem, seja declarando dinheiro que não têm? Se já de saída alguns postulantes a cargos públicos eleitorais recorrem a possíveis engodos contábeis, o que esperar deles no exercício do mandato? Seria o caso de pedir mais fiscalização? Mais rigor da Justiça Eleitoral? Leis ainda mais restritivas do que as que já existem? Nada disso seria totalmente eficaz, como já deixou entrever a Lei da Ficha Limpa, tida por um instante como a panaceia milagrosa que nos livraria dos maus políticos.

O meio eficaz para restaurar a ética (ou, no mínimo, a sinceridade dos candidatos) repousa talvez numa utopia: que todos sejam honestos. Mas também numa verdadeira reforma político-eleitoral que torne as campanhas menos dispendiosas e mais transparentes, de modo que o voto reproduza os valores éticos pelos quais anseia a maioria do eleitorado.

26 JUL 2014

# GAZETA DO POVO

## STF libera documentos da Comissão de Ética para a defesa de André Vargas

Katna Baran, com Folhapress

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski liberou nesta quinta-feira o acesso da defesa do deputado André Vargas (sem partido-PR) aos documentos que tramitam no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. O parlamentar responde por quebra de decoro devido ao seu envolvimento com o doleiro londrinense Alberto Youssef, preso desde março na sede da Polícia Federal, em Curitiba.

Os advogados do deputado ingressaram na quarta-feira com um pedido de liminar no STF alegando que a Comissão de Ética da Casa estaria coletando depoimentos sem garantir o devido acesso ao processo, o que estaria inviabilizando a elaboração da defesa técnica. Na mesma ação, os advogados pediam a suspensão do trâmite da representação disciplinar contra o parlamentar — solicitação que foi negada por Lewandowski.

Na decisão, o magistrado cita que o parlamentar tem direito à ampla defesa e ao contraditório, mesmo respondendo a um processo administrativo. O presidente em exercício do STF afirmou também que o Estatuto da Advocacia garante ao advogado o acesso aos autos e a obtenção de cópias de qualquer processo, seja qual for o órgão dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo.

**“Não há a menor hipótese de eu depor sem antes as testemunhas deporem. É uma afronta ao meu direito de defesa.”**

André Vargas, deputado federal (sem partido-PR).

O relator do processo, deputado Júlio Delgado (PSB-MG), afirmou que os advogados e o próprio deputado puderam ter acesso a todo conteúdo da ação. Um ato da Câmara impediria, porém, a cópia dos autos, já que as informações foram mandadas com sigilo para a Casa. “Poderiam [ler] a hora e momento que quisessem. Como investigado, o próprio André já detinha parte destes. Não tiveram acesso porque não quiseram”, disse o relator à *Folha de S.Paulo*.

O parlamentar informou que a fase de coleta de depoimentos deve se encerrar na próxima terça-feira. Com isso, o relatório final do caso deve ser apresentado no início de agosto. O documento ainda será submetido ao crivo dos membros Comissão de Ética, que podem determinar desde uma advertência até a cassação do mandato de Vargas.

Na próxima semana, o conselho ainda pode ouvir três testemunhas de defesa além do próprio André Vargas. No entanto, o deputado afirma que está fora de cogitação a sua presença no colegiado sem a realização da oitiva destas pessoas. “Não há a menor hipótese de eu depor sem antes as testemunhas deporem. É uma afronta ao meu direito de defesa”, disse Vargas.

26 JUL 2014

GAZETA DO POVO

# Doleiro Youssef sofre infarto em cela da PF

Acusado de participar de esquema de lavagem de dinheiro foi removido às pressas sob forte escolta para hospital de Curitiba

Luan Galani,  
com Agência O Globo

O doleiro Alberto Youssef se encontra desde ontem na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) de um hospital de Curitiba depois de ter sofrido um infarto na carceragem da Polícia Federal. Youssef está preso desde 17 de março, quando a Polícia Federal deu início à operação Lava-Jato e apontou o doleiro como um dos principais responsáveis por um esquema de lavagem de dinheiro que pode ter chegado a R\$ 10 bilhões.

O infarto de Youssef teria ocorrido às 9h20 da manhã de ontem, segundo um de seus advogados, Antônio Figueiredo Basto. A Polícia Federal informou que chamou o socorro médico assim que o prisioneiro sentiu o primeiro mal-estar. Os médicos do Samu chegaram à carceragem e durante o monitoramento da atividade cardíaca de Youssef detectaram anormalidades.

O paciente foi removido ao hospital com forte escolta policial e, por motivos de segurança, o nome do hospi-

tal em que ele está não é revelado pelas autoridades. De acordo com a Polícia Federal, um grupo especial faz a segurança de Youssef. O número de agentes que fazem a proteção também não foi informado.

Segundo Figueiredo Basto, o doleiro foi submetido a um cateterismo no hospital, para desentupimento de vasos sanguíneos. O procedimento correu normalmente, segundo a Polícia Federal. De acordo com outro advogado da defesa, Luiz Gustavo Flores, a pressão de Youssef estava bastante baixa no início da noite de ontem, o que causava preocupação nos médicos, e por isso ele permaneceria em observação na UTI sem previsão de alta.

Desde a deflagração da Lava-Jato, Youssef já se tornou réu de cinco ações penais movidas pelo Ministério Público. Nenhum dos processos foi concluído até o momento. A denúncia mais recente saiu nesta quinta-feira, poucas horas antes de o doleiro sofrer o infarto.

Na nova denúncia, o doleiro é acusado de operações irregulares e de cometer crime de evasão de divisas no valor de US\$ 78,2 milhões. Ele foi acusado pelo Ministério Público Federal de ter realizado 1.114 contratos de câmbio fraudulentos envolvendo duas empresas offshore no First Curaçao Bank, nas Antilhas Holandesas. As empresas são DGX Imp. and Exp. Limited e RFY Imp. Exp. Ltd.

A nova ação envolve outros sete acusados, entre eles a doleira Nelma Mitsue Penasso Kodama, os irmãos Leonardo Meirelles e Leandro Meirelles, dos Laboratórios Labogen, e João Procópio Junqueira Pacheco de Almeida Prado, que supostamente movimentava contas atribuídas a Youssef na Suíça e que é tido na denúncia como "laranja" do doleiro.

CONTINUA



26 JUL 2014

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### CRONOLOGIA

Veja os principais fatos da prisão de Alberto Youssef

**17 de março** - A Polícia Federal (PF) deflagra a Operação Lava-Jato para investigar um esquema de lavagem de dinheiro que teria movimentado R\$ 10 bilhões. O doleiro paranaense Alberto Youssef é preso sob suspeita de operar o esquema.

**1º de abril** - A Folha de S. Paulo mostra que o deputado federal paranaense André Vargas usou um avião fretado por Youssef para viajar de férias com a família.

**9 de maio** - O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki determina a soltura dos presos. No entanto, a Justiça Federal do Paraná consegue reverter a ordem e Youssef continua preso.

**25 de julho** - Na carceragem da PF, Youssef sofre um infarto e é removido para um hospital de Curitiba sob forte escolta policial.

26 JUL 2014

# GAZETA DO POVO

## Candidatura de Paulo Maluf é impugnada



Leonardo Prado/Agência Câmara

Maluf foi condenado pelo superfaturamento em obras.

SÃO PAULO  
Folhapress

A Procuradoria Regional Eleitoral (PRE) de São Paulo impugnou o registro de candidatura do deputado federal Paulo Maluf (PP) à reeleição. O motivo é a condenação dele no Tribunal de Justiça de São Paulo pelo su-

perfundamento em obras do Túnel Ayrton Senna durante sua gestão como prefeito da capital paulista. A decisão é de novembro de 2013.

Pela Lei da Ficha Limpa, aprovada em 2010, fica inelegível por oito anos quem é condenado à suspensão dos direitos políticos por ato do-

loso (intencional) de improbidade administrativa que represente lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito em decisão proferida por órgão colegiado. Para a Procuradoria, o caso de Maluf preenche todos esses requisitos.

Maluf tem o prazo de sete dias, contados a partir de hoje, para contestar a ação da procuradoria. Procurada, a assessoria de Maluf ainda não respondeu qual será a defesa do candidato. Caberá ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do estado julgar até 5 de agosto se o deputado poderá seguir candidato. Se a corte estadual decidir pela procedência da ação, o deputado poderá recorrer ainda ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Até o momento, dos 2.465 registros de candidatura analisados em São Paulo, a PRE do estado questionou 1.441, ou 58% do total. Os motivos vão desde a falta de documentos obrigatórios para o registro da candidatura na Justiça Eleitoral a motivos elencados pela Lei da Ficha Limpa.

## NOTAS POLÍTICAS

### Revista nova

Está disponível no site do Tribunal Regional Eleitoral a nova edição da revista Paraná Eleitoral. A revista traz artigos de Ciência Política sobre vários temas, como a análise dos eleitores de Dilma Rousseff em 2010, a liberdade na propaganda política e a participação política na democracia. A revista pode ser acessada via [www.ter-pr.jus.br](http://www.ter-pr.jus.br) no link "Institucional".

### Pressa

A ação da OAB para rever as aposentadorias dos governadores paranaenses completa hoje dois anos sem qualquer movimentação no Supremo Tribunal Federal.

26 JUL 2014

# GAZETA DO POVO

ABRAJI

## Órgãos públicos ainda ignoram Lei de Acesso, segundo associação

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) apresentou ontem relatório no qual destaca que os órgãos públicos continuam a ignorar a Lei de Acesso à Informação. O levantamento foi divulgado durante o 9º Congresso Internacional da associação, em São Paulo. A equipe responsável pela pesquisa enviou solicitações aos 26 estados do país e ao Distrito Federal em maio. A pergunta era sobre o efetivo de cada batalhão da Polícia Militar que existe no Brasil. Os cidadãos que usaram a Lei de Acesso também queriam saber o número de veículos, de armas e de coletes à prova de balas que existiam em cada um dos batalhões das polícias. Segundo Ivana Moreira, jornalista da "Veja BH" e da Abraji, "nenhum estado respondeu a todas as perguntas e nem explicou o motivo de não ter dado as respostas". Pela lei, algumas informações podem ser consideradas sigilosas, mas o órgão precisa explicar porque a informação solicitada é realmente sigilosa.

## Mulher de Nem da Rocinha terá de voltar para a prisão

A mulher do traficante Antonio Francisco Bonfim Lopes, o Nem da Rocinha, Danúbia de Souza Rangel, que deixou o Complexo de Gericinó, em Bangu, na Zona Oeste, por meio de um alvará de soltura, terá que retornar à prisão. Os desembargadores da 7ª Câmara Criminal foram contrários à decisão do desembargador Siro Darlan, que concedeu prisão domiciliar à mulher do traficante. Presa em fevereiro, Danúbia administrava o tráfico de drogas na Rocinha, cumprindo ordens do traficante.

## MPT constata fraude na contratação de médicos de hospital regional

O Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT-PR) em Pato Branco ajuizou, no dia 10 de junho, ação civil pública contra o Hospital Regional do Sudoeste Walter Pecoits, instituição do governo estadual em Francisco Beltrão. Após inquérito civil instaurado com base em indícios de irregularidades, a procuradora do trabalho Priscila Dibi Schvarcz concluiu que a realização de concursos públicos para médicos era apenas fachada, para mascarar a ilegalidade na contratação desses profissionais. Além de exigir, conforme a lei, a contratação de pessoal apenas por concurso, o MPT-PR exige o pagamento de uma indenização de R\$ 600 mil pela irregularidade. O dinheiro será revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou à entidade beneficente a ser posteriormente definida.

26 JUL 2014

# GAZETA DO POVO

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA

## Carnê-leão

### DE OLHO NO LEÃO

**C**riada no início da década de 1980, a sistemática do recolhimento mensal antecipado do imposto de renda das pessoas físicas, apelidada carnê-leão, é direcionada em geral aos contribuintes que obtiveram rendimentos sem desconto na fonte. Esses ganhos, juntamente com os demais, devem ser informados na Declaração de Ajuste Anual, ocasião em que serão consideradas as antecipações realizadas no ano-base.

De acordo com as instruções da Receita Federal, o pagamento mensal antecipado relativo ao carnê-leão é calculado mediante a aplicação da tabela progressiva mensal, vigente no mês da obtenção do rendimento, sobre o total recebido, observado o valor do rendimento bruto. O recolhimento deverá ser feito até o último dia útil do mês subsequente ao do recebimento do rendimento, com o código 0190.

Observados os limites legais, podem ser consideradas na determinação da base de cálculo, desde que não utilizadas para fins de retenção na fonte, as seguintes deduções: valor fixo por dependente; contribuição previdenciária;

despesas escrituradas em livro-caixa e pensão alimentícia, decorrente das normas do Direito de Família. Neste caso, a pensão, incluindo prestações provisionais, deve ser homologada judicialmente. Surtem os mesmos efeitos os pagamentos efetuados com base em escritura pública, nos termos do artigo 1124-A do Código de Processo Civil.

A legislação considera como importâncias pagas relativas ao suprimento de alimentos aquelas em dinheiro e a título de prestação de alimentos provisionais ou de pensão alimentícia. Nos casos de sociedade conjugal, a dedução somente é permitida quando o provimento de alimentos decorre da dissolução da sociedade conjugal.

### Alcance

Está obrigada ao carnê-leão a pessoa física que, entre outras hipóteses, receber: rendimentos de outras pessoas físicas sem tributação na fonte, incluindo trabalho não assalariado e locação de imóveis. Também estão submetidos a essa sistemática de antecipação do imposto: os emolumentos e custas dos serventúrios da Justiça; pensão alimentícia decorrente do Direito de Família; rendimentos recebidos por residentes no país que prestem serviços a embaixadas e a outros organismos internacionais de que o Brasil faça parte, bem como os ganhos recebidos

do exterior, a título de trabalho, assalariado ou não, respeitados os acordos, tratados ou convenções internacionais para evitar a bitributação.

Submetem-se, ainda, ao recolhimento do carnê-leão, na base de 40% (no mínimo) do valor bruto mensal, os rendimentos de transporte de carga e de serviços com trator, máquina de terraplenagem, colheitadeira e semelhantes. No caso de transporte de passageiro (taxista, por exemplo), o percentual mínimo do rendimento bruto mensal, para fins de antecipação, é 60%.

### Moeda estrangeira

Os ganhos em moeda decorrentes de ganho de capital não estão sujeitos às regras do carnê-leão. Nos demais casos, devem ser convertidos em dólares dos Estados Unidos da América, pelo seu valor fixado pela autoridade monetária do país de origem dos rendimentos, na data do recebimento e, em seguida, em reais, utilizando-se o valor do dólar fixado para compra pelo Banco Central do Brasil para o último dia útil da primeira quinzena do mês anterior ao do recebimento do rendimento.

26 JUL 2014

**GAZETA DO POVO**  
WILSON DE ARAÚJO BUENO



Em noite BT, nos 87 anos do Graciosa Country Club: Arahya e o desembargador Jesus Sarrão.

26 JUL 2014

# GAZETA DO POVO

## Comunidade à beira do Rio Paraná será removida

FOZ DO IGUAÇU

Denise Paro

**A** construção de 726 apartamentos e um conjunto habitacional devem pôr fim à ocupação irregular que se estende há décadas às margens do Rio Paraná, nas proximidades da fronteira com o Paraguai, em Foz do Iguaçu. Um plano para transferir os moradores foi solicitado pelo Ministério Público Federal (MPF), à prefeitura de Foz, após determinação da Justiça Federal.

Conforme a Justiça, o município precisa apresentar, em 60 dias, um cronograma de desocupação, retirada de construções e reflorestamento da Área de Preservação Permanente (APP). A Justiça alega que trechos da Avenida Beira Rio, com extensão de 7.620 metros, foram construídos em área de preservação. Na época, em 2002, o Ibama concedeu licença ambiental para fazer a obra mediante a contrapartida de que o município retirasse as favelas já existentes no local e recuperasse a mata ciliar atingida pelo traçado da avenida. No entanto, o acordo não foi cumprido. A área está situada entre a Ponte da Amizade, ligação entre Brasil e Paraguai, e o Marco das Três Fronteiras.

Ainda de acordo com a decisão judicial, a desocupação e destruição das construções deverá ser feita no máximo em 1 ano e dois meses e o reflorestamento em 38 meses. Todo dia 5 de cada mês, o município precisa apresentar ao Ibama, um relatório das ativi-

dades executadas. O procurador da república, Alexandre Collares, diz que caso as exigências não sejam cumpridas, será aplicada multa diária de R\$ 200.

O diretor-superintendente do Foz Habita, Valmir Leal Griten, diz que o município estabeleceu, desde o ano passado, um plano de ação para remover as famílias; no entanto não se sabe quantas pessoas vivem hoje às margens do rio.

O plano prevê a construção de 336 apartamentos para acomodar famílias das favelas da Sadia e do Bambu, a cerca de dois quilômetros da área. Caso a quantia não seja suficiente, parte dos moradores poderá ser removida para um conjunto habitacional na Gleba Guarani, onde serão construídas 1.000 casas. Outros 384 apartamentos estão previstos para serem edificados no Jardim Jupira, bairro vizinho à área, cujas moradias também estão em locais inadequados. Conforme Griten, os recursos para a execução das obras já estão garantidos pela Caixa Econômica Federal, mas não há data para o início das obras.

Muitos moradores começaram a chegar à área há mais de três décadas e não pretendem deixar o local. O casal Francisco Gimenez e Claudete dos Santos é um exemplo. Gimenez, hoje com 39 anos, diz que mora às margens do rio Paraná desde pequeno. O casal não tem vontade de deixar a residência.

“Já gastamos dinheiro nesta casa e teremos que ir para um apartamento pequeno?”, diz Claudete. Os moradores desconhecem a ação de transferência e os planos da prefeitura para construir apartamentos na área.

27 JUL 2014

# GAZETA DO POVO

## TC usa pesos diferentes para julgar contas de saúde do PR e de prefeitos

TC pune cidades, mas aprova as contas do estado

O Tribunal de Contas do Paraná nunca reprovou as contas do governo estadual por aplicar em saúde menos do que manda a Constituição. Mas pelo menos três municípios já foram punidos pela mesma irregularidade.

Tribunal reprova contas de municípios por não investir o mínimo no setor, mas aprova as do governo estadual — que falhou em oito dos últimos 12 anos

Amanda Audi

O governo do Paraná investiu em saúde menos do que manda a Constituição em oito dos últimos 12 anos. Mas o Tribunal de Contas do Estado (TC) nunca reprovou o descumprimento da legislação pelo governador; apenas fez ressalvas e recomendou que o investimento fosse ampliado no futuro. Ao mesmo tempo, pelo menos três municípios paranaenses tiveram contas reprovadas pelo TC nos últimos anos jus-

### 3 PREFEITURAS

paranaenses tiveram contas de saúde reprovadas por não investir o mínimo em saúde ao mesmo tempo em que a contabilidade do governo do estado era aprovada sem o cumprimento da lei.

tamente por não terem aplicado o mínimo constitucional nessa área.

O investimento abaixo do previsto ocorreu em todos os últimos governos paranaenses. Desde 2002, é obrigação dos estados investir ao menos 12% da arrecadação anual na área da saúde. A variação nos investimentos no Paraná foi de 8,3%, em 2011, ao máximo de 12,54%, em 2009. O mínimo de 12% só foi ultrapassado em quatro anos (2006, 2008, 2009 e 2010).

Já os municípios devem aplicar 15% do arrecadado. Em 2010, Curiúva, no Norte Pioneiro, investiu 14,85%. Santo Antônio da Platina, também na mesma região, investiu 14,5% em 2008. Guaraqueçaba, no Litoral, em 2012 destinou 14,02% para a saúde. Nos três casos, o TC julgou irregulares as contas dos prefeitos da época.

O rigor no julgamento das contas dos municípios vem causando atritos com os prefeitos. No começo des-

te mês, eles foram em grupo à Assembleia Legislativa para pressionar o presidente da Casa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), a colocar em votação um projeto de lei que coloque limites na atuação do TC. A alegação é que algumas reprovações de contas vêm por motivos supostamente pequenos, como falta de assinaturas em documentos ou erros em cálculos. Com a reprovação das contas, o TC aplica multas e os gestores podem se tornar fichas-sujas — condição que os impede de concorrer em eleições.

Os limites de investimento foram estabelecidos em 2002 por uma portaria do Ministério da Saúde, que estipulou os percentuais mínimos. A previsão vinha desde a Constituição de 1988 — que, porém, não fixou parâmetros. Essa mesma portaria permitia que os estados com baixo investimento em saúde aumentassem a destinação gradualmente até chegar aos 12% em 2004. Ainda assim, o Paraná só atingiu o patamar em 2006.

CONTINUA

27 JUL 2014

# GAZETA DO POVO

## Peso político explica por que o tratamento é desigual

### CONTINUAÇÃO

Os relatórios do TC da época citavam que o tribunal não era obrigado a reprová-las contas do governo até que os limites de investimento fossem regulamentados por uma lei, e não só por uma portaria. Isso só ocorreu em 2012, quando passou a valer a Lei Complementar 141.

#### Outro lado

O TC informou que não vai se posicionar sobre o assunto. A Secretaria Estadual da Saúde prometeu que, neste ano, a meta será alcançada, contemplando ainda o que faltou para atingir os 12% em 2013.

A prefeitura de Curiúva informa que atualmente investe “mais que o mínimo” no setor. A Secretaria de Saúde de Santo Antonio da Platina diz que em 2013 o investimento foi de 18%. A reportagem entrou em contato com a prefeitura de Guaraqueçaba, que não respondeu até o fechamento desta edição.

A diferença no tratamento dado às contas das prefeituras e do governo estadual se deve, principalmente, ao relacionamento político com o Tribunal de Contas (TC). Essa é a avaliação do professor de administração da Uninter e especialista em finanças públicas, Gutemberg Ribeiro. “O ideal é que não acontecesse, mas o viés político para não ter rusga entre os poderes faz com que as contas sejam aprovadas com restrições”, explica. No plano municipal, os prefeitos não têm tanta influência. Isso ocorre pela forma como se estrutura o TC, explica o professor. Parte dos conselheiros é indicado pelo próprio governador e parte pela Assembleia Legislativa, que costuma ter maioria governista.

Ribeiro afirma que é preciso encontrar um meio termo: o TC não pode nem ser tão rigoroso com os municípios e nem tão complacente com o estado. “Não acho que a solução seja flexibilizar a fiscalização [para os municípios]. Com o tempo, a tendência é que nos tornemos

mais conhecedores da fiscalização e encontremos um meio termo.”

#### Imprescindível

Presidente da Comissão de Gestão Pública da Ordem dos Advogados do Paraná (OAB-PR), Luciano Elias Reis diz que investir o mínimo em saúde é imprescindível e deve ser respeitado “sob pena de afronta à Constituição”. “A falta de investimento em tais áreas essenciais são sensivelmente sentidas pela sociedade. É bom destacar que não basta investir, mas tem que investir com qualidade e eficiência”, pontua.

Reis relativiza a suposta disparidade de tratamento de municípios e estados levando em conta as características próprias de cada ente. “Os Tribunais de Contas devem sopesar o tamanho, a arrecadação, as dificuldades de investimentos, dentre outros aspectos.” Ele afirma ainda que o tribunal deve evitar penalidades em casos em que o gestor tenha tido boa-fé, optando por outros recursos, como assinatura de termos de ajustamento de conduta. (AA)

**“Não acho que a solução seja flexibilizar a fiscalização [para os municípios]. Com o tempo, a tendência é que nos tornemos mais conhecedores da fiscalização e encontremos um meio termo.”**

Gutemberg Ribeiro, especialista em finanças públicas e professor de Administração da Uninter.

CONTINUA



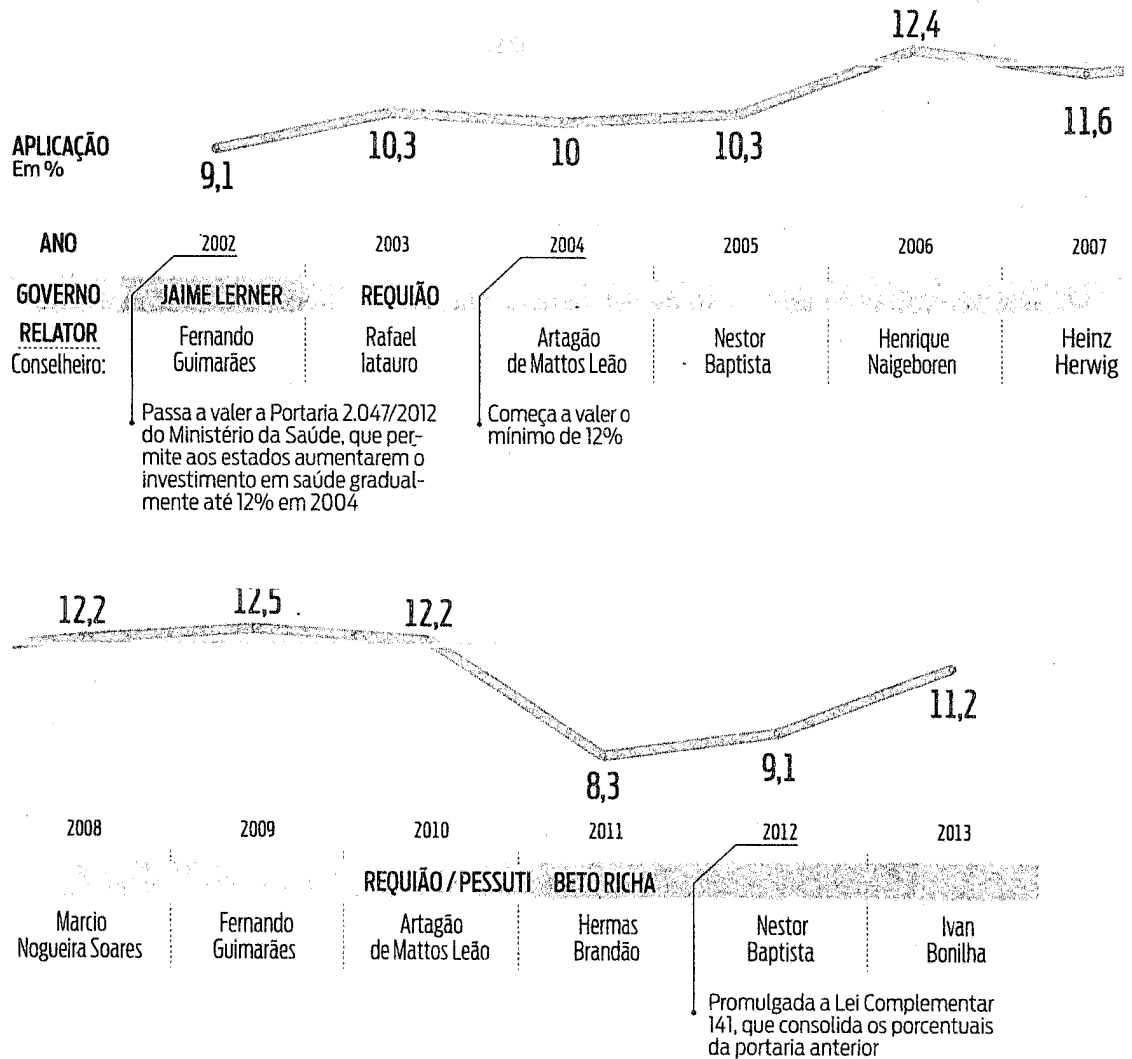
27 JUL 2014

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### » CRITÉRIOS

Veja como foi o investimento em saúde no Paraná nos últimos 12 anos. Em oito deles, o porcentual ficou abaixo de 12% da receita estadual:



Fonte: Redação e Tribunal de Contas do Paraná. Infografia: Gazeta do Povo.

27 JUL 2014

# GAZETA DO POVO

» BLACK BLOCS

## Prisões de ativistas no Rio foram ilegais, dizem advogados

Amanda Audi

Os ativistas do Rio de Janeiro que estavam presos acusados de integrarem grupos de black blocs, de tática violenta, foram liberados na semana que passou para responderem ao processo em liberdade. Especialistas ouvidos pela *Gazeta do Povo*, porém, afirmam que as detenções haviam sido ilegais porque os crimes que as motivaram, na prática, não se concretizaram: os manifestantes foram presos porque estariam planejando um protesto violento para a final da Copa do Mundo, mas foram detidos um dia antes. O advogado criminalista Edward Rocha de Carvalho faz uma analogia com uma quadrilha de assalto a bancos: "Eles poderiam ser presos por terem roubado 10 bancos, mas não por planejarem o 11.º".

Os 23 manifestantes cariocas que estavam presos preventivamente foram liberados na última quarta-feira, por decisão do desembargador Siro Darlan, do Tribunal de Justiça do Rio, que entendeu que os jovens poderiam responder ao processo em liberdade. Eles ainda respondem por associação criminosa, lesão corporal, porte de explosivos e outros crimes, em processo que corre na Justiça do Rio.

Os advogados consultados acreditam que a prisão dos ativistas cariocas foi um "exercício de futurologia". Em entrevista coletiva na época, o chefe da Polícia Civil do Rio,

Fernando Veloso, justificou a ação dizendo que tinha provas "robustas e consistentes" de que o grupo faria atos violentos no domingo da final da Copa. "Li a decisão da prisão e é um exercício de futurologia. Na hora que eles viessem a se manifestar, se cometessem excessos, aí sim tudo bem prender", afirma Carvalho.

O advogado Flávio Pansieri, professor de Direito da PUCPR e membro da Academia Brasileira de Direito Constitucional, diz que não há previsão legal para "crime de dano planejado". "Até porque os envolvidos poderiam combinar o crime, mas desistir na hora do fato", completa. O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), José Carlos Cal Garcia Filho, comenta que a forma como ocorreram as prisões no Rio foi "totalmente ilegal".

Garcia Filho diferencia, porém, do caso dos três manifestantes que foram presos na semana que passou em São Paulo, em que haveria indícios mais concretos de autoria em crimes, como o de um rapaz que foi preso por acusação de ter depredado uma concessionária. "Se há suspeita de ter cometido infração, a pessoa é detida para que sejam adotados os procedimentos da lei. Mas a diferença é que se parte de um fato concreto."

Outro ponto duramente criticado pelos especialistas é que advogados de defesa dos

ativistas cariocas tiveram celulares e telefones fixos grampeados durante inquérito de investigação da Polícia Civil, com autorização da Justiça. A prática é ilegal, a menos que os profissionais fossem suspeitos de participar das atividades criminosas. A OAB do Rio emitiu nota afirmando que o sigilo entre advogados e clientes é inviolável e pede que a investigação das infrações cometidas nos protestos respeite a legalidade.

**"Li a decisão da prisão e é um exercício de futurologia. Na hora que eles viessem a se manifestar, se cometessem excessos, aí sim tudo bem prender."**

Edward Rocha de Carvalho, advogado criminalista.

# GAZETA DO POVO

GASPARI

## Vexame, a banca não sabe contar

27 JUL 2014

**N**o final do ano passado, o Supremo Tribunal Federal esteve prestes a julgar o litígio dos poupadores das cadernetas de poupança que se sentiram lesados com a correção monetária de seus depósitos durante os planos econômicos fracassados do fim do século passado. Com o apoio do Banco Central, a banca desencadeou uma operação de terrorismo político-financeiro, argumentando que se os depositantes prevalescessem, provocariam um desastre bíblico na economia nacional. Seriam R\$ 150 bilhões, talvez R\$ 180 bilhões, quem sabe, R\$ 441 bilhões. Uma empresa de consultoria falou em R\$ 600 bilhões. Um manifesto assinado por Guido Mantega e cinco ex-ministros da Fazenda, inclusive aqueles que ajudaram a produzir a ruína da hiperinflação, foram na mesma linha. Um dos advogados da banca chegou a mandar uma carta ao ministro Ricardo Lewandowski prevendo que uma decisão a favor dos poupadores “lançará o país numa coorte de horrores que, sem exagero, irão do desemprego em massa à fome da população mergulhada nos sortilégios de uma crise econômica que afetará toda a nação.” Os ilustres causídicos da banca, que já haviam tentado tenebrosas tentativas no escurinho de dois recessos do STF, conseguiram adiar para este ano o julgamento do caso.

O Instituto de Defesa do Consumidor sustentava que isso era um exagero e argumentava que esses mesmos bancos haviam provisionado apenas R\$ 11 bilhões. Na conta do Credit Suisse o litígio custaria R\$ 26,5 bilhões.

A Procuradoria Geral da República informou que as contas catastrofistas estavam erradas. A cifra certa, para a PGR, está em R\$ 21,9 bilhões. Em vez de aterrorizar o país com uma contabilidade para não pagar coisa alguma, os bancos poderiam ter feito a conta certa, como fez o Credit Suisse. Afinal eles a conheciam.

Ficará na História da banca brasileira o fato de terem inventado um apocalipse para ganhar um dinheirinho à custa da boa fé do público e da sua capacidade de atemorizar os ministros do Supremo.

Tudo indica que o Supremo decide a questão ainda este ano.

27 JUL 2014

# GAZETA DO POVO

## FRASE DA SEMANA

**“O voto tem de ser válido para que produza sua eficácia. Quem apregoa um voto sem efeito está fazendo o contrário do que o conceito de cidadania manda.”**

Edson Vidal Pinto, presidente do Tribunal Eleitoral do Paraná (TRF-PR), sobre os votos brancos e nulos.

## BESSA

### À mestra, com carinho

A sétima edição do Congresso Internacional de Direito Tributário, que será realizada nos dias 6, 7 e 8 de agosto em Curitiba, será dedicada à ministra Denise Martins Arruda, do STJ, falecida em dezembro de 2013. Ela foi a primeira paranaense a ocupar uma cadeira em um tribunal superior. O livro *Tributação: Democracia e Liberdade*, que será lançado no evento, também presta homenagem à ministra.

•••

Organizado pela advogada e professora Betina Treiger Grubenmacher, o congresso trará à cidade grandes nomes do Direito Tributário brasileiro e professores estrangeiros.

## PONTA GROSSA

### Liminar da prefeitura pede suspensão de greve no transporte

O prefeito de Ponta Grossa, Marcelo Rangel (RPS), entrou com pedido de liminar no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), na sexta-feira, para suspender a paralisação no transporte coletivo. A decisão foi anunciada pela depois de o sindicato da categoria enviar notificação sobre a nova paralisação, que deve começar à 0 hora de terça-feira. Ainda não há decisão judicial sobre o pedido da prefeitura. O Sindicato alega que a prefeitura descumpriu o acordo firmado no TRT em junho ao não apoiar o subsídio de R\$ 2,4 milhões que seria destinado à Viação Campos Gerais (VCG) – que opera o transporte coletivo. Cerca de 100 mil pessoas dependem do transporte coletivo em Ponta Grossa, diariamente.

## ENTRELINHAS

### Nunca é tarde 1

**A** formatura de uma senhora de 97 anos na Faculdade de Direito de Ipatinga, em Minas Gerais, ocorre agora em agosto e serve de inspiração para muita gente que quer voltar a estudar. Na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), nos Campos Gerais, algumas pessoas resolveram fazer isso um pouco mais cedo que a estudante de Minas – mas bem mais tarde do que o usual. No primeiro semestre deste ano, havia 163 alunos com mais de 50 anos de idade matriculados nos cursos presenciais e a distância da UEPG, entre eles 22 com mais de 60. O número pode parecer pequeno comparado ao total de estudantes da universidade (cerca de 7 mil nos cursos presenciais e 5 mil no ensino a distância), mas já funciona como um estímulo.

28 JUL 2014

## GAZETA DO POVO

» PARANÁ

# Conciliação líquida 70 processos do Tribunal de Justiça

Amanda Audi

ENTREVISTA

**LUIZ TARO OYAMA,**  
coordenador de  
conciliação de 2º grau.

**H**á anos aguardando uma solução, pelo menos 70 processos que tramitavam no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) foram encerrados na última semana, em audiências da I Semana de Conciliação do TJ. O total corresponde à metade das audiências marcadas entre partes de processos de 2º grau (fase de recursos) que estavam programadas. Para liquidar a demanda, o trabalho foi prorrogado e deve continuar esta semana com outros 200 processos. Na audiência de conciliação, as partes de um processo são chamadas e, com a ajuda de um conciliador, tentam chegar a um acordo. Em Curitiba, o trabalho foi realizado nos Fóruns Cível da Cidade Industrial (CIC), de Santa Felicidade e do

1º Juizado Especial Cível, que somaram 228 audiências. No interior, houve audiências de conciliação em Londrina, Maringá e Ponta Grossa. Os dados dos processos conciliados ainda estão sendo computados pelo Tribunal. A Gazeta do Povo conversou com Luiz Taro Oyama, coordenador de conciliação de 2º grau. Confira:

### Qual o balanço que o senhor faz da Semana de Conciliação?

Foram 147 audiências de 2º grau, com índice de acordo de 47%. Para a semana que vem teremos ainda mais 200 audiências. A maioria dos processos é relacionada a contratos bancários, companhias aéreas, telefonia e construção civil. Os dados do estado ainda serão fechados, mas o balanço foi positivo.

### O que determina que um processo possa ser resolvido por meio de uma audiência de conciliação?

Todos os processos são passíveis de conciliação. Só depende da vontade das partes. Também realizamos mutirões temáticos que reúnem processos com o mes-

mo tema, como telefonia e bancos, por exemplo. Esses mutirões acontecem geralmente a cada dois meses e podem ajudar uma empresa que tem muitos processos a resolver tudo de uma vez.

### Quais os benefícios da conciliação?

O principal é que não é uma solução imposta pelo Judiciário. É um acordo. Se uma parte não quiser o acordo, tudo bem. Mas nós mostramos os benefícios. Em um acordo, como as partes se comprometeram, é quase 100% de chance que vai ser cumprido. E evita o desgaste emocional de um processo que poderia demorar anos para ser finalizado.

### O que um interessado em fazer um acordo deve fazer?

A lei permite a conciliação em qualquer fase do processo. É só comunicar a vontade ao advogado ou à secretaria do juizado. Também é possível pelo site do TJ, pelo endereço [www.tjpr.jus.br/quero-conciliar](http://www.tjpr.jus.br/quero-conciliar). É só preencher o formulário, mesmo que seja de outra comarca.

### Se a conciliação fosse mais usada, ajudaria a desafogar o Judiciário?

A demanda diminuiria e os processos seriam julgados com maior celeridade. O ideal é procurar o Judiciário quando for realmente necessário.

28 JUL 2014

GAZETA DO POVO

**MISSA DE 7º DIA**

Os familiares de

**ALFREDO AUGUSTO MALUCELLI**

Agradecem as manifestações de pesar e carinho  
recebidos dos amigos e familiares, e convidam para a  
missa de 7º dia a ser realizada

**(hoje) 28/07/14 às 19:00 horas** na Igreja do  
Cristo Rei, Rua Padre Germano Mayer, 410

# “Os eleitos não representam os eleitores”

“Hoje se dá mais importância à contusão de um jogador da Seleção Brasileira do que para os vícios que nós temos no nosso sistema eleitoral. O cidadão tem que se tornar mais exigente e também deve se incorporar à luta social.”

## Serviço

Lançamento do livro “O Nobre Deputado – Relato chocante (e verdadeiro) de como nasce, cresce e se perpetua um corrupto na política brasileira”, de Márton Reis. Preço: R\$ 29,90. Quinta-feira (31), às 19h30, na Livraria Cultura do Shopping Curitiba – Rua Brigadeiro Franco, 2300. Fone (41) 3941-0292.



CONTINUA

## CONTINUAÇÃO

Laura Beal Bordiri, especial  
para a Gazeta do Povo.

## ENTREVISTA

**MÁRLON REIS**, juiz  
maranhense e autor do livro  
*O Nobre Deputado - Relato  
chocante (e verdadeiro)  
de como nasce, cresce e se  
perpetua um corrupto na  
política brasileira*

**J**uiz de Direito, Márlon Jacinto Reis é titular da 58ª zona eleitoral do Maranhão e autor do livro *O Nobre Deputado*, em que revela, através de um personagem fictício — o deputado federal Cândido Peçanha —, como se define uma eleição para a Câmara Federal e Assembleias Legislativas no Brasil. O irônico personagem foi criado a partir de entrevistas com pessoas que participam dos bastidores da política nacional e descreveram os métodos da corrupção para a tese de doutorado do autor, em *Sociologia Jurídica e Instituições Políticas* na Universidade de Saragoça, na Espanha.

Márlon Reis, que foi um dos articuladores para a aprovação da Lei da Ficha Limpa e é um defensor do financiamento público de campanhas, conversou com a *Gazeta do Povo* sobre o processo de criação do personagem, as entrevistas que revelaram as práticas de corrupção e sobre as críticas dos deputados, que afirmam que seu livro é um desserviço para a política brasileira e um desestímulo a prática cidadã. Ofendidos por uma entrevista concedida pelo juiz no programa *Fantástico*, da Rede Globo, os deputados entraram com uma representação contra o magistrado no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Confira alguns trechos da entrevista.

### Como foi o processo de construção do deputado Cândido Peçanha?

Em 2007, comecei a coletar depoimentos para a minha tese de doutorado de pessoas que se dispuseram a falar sobre ilegalidades praticadas nas eleições para assegurar a vitória. Quando percebi que havia um conteúdo bastante relevante, decidi levar isso para a sociedade. Não seria correto deixar esse conteúdo apenas no meio acadêmico, que é muito restrito. Decidi construir o personagem para levar ao grande público essa informação. Foram feitas dez entrevistas com pessoas que concordaram falar sobre o assunto em profundidade, desde que fossem mantidas em anonimato. Além disso, pesquisei diversas outras fontes, como depoimentos em processos judiciais.

### O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), afirmou que o senhor acusou todos os 513 deputados de forma generalizada e que entrará com uma representação contra o senhor no CNJ. Como o senhor avalia a reação?

Não há generalização. O livro foi feito para mostrar que existe corrupção eleitoral e como ela é praticada. Ponto. Esse é o objetivo do livro. Na reportagem veiculada no *Fantástico* eu expressamente falo que não são todos — mas que se trata de uma grande parte. Na verdade o que houve foi uma reação corporativista em que, a pretexto de defender o parlamento, o presidente da casa generalizou a defesa para afirmar a correção de posicionamento dos deputados de que todos os parlamen-

tares são eleitos de maneira legal, o que não é verdade. Muitos são eleitos com a estratégia descrita no livro. Quantos são? Eu não sei; a minha pesquisa não foi capaz de revelar. Essa afirmação de que eu generalizei é leviana e incompatível com meu histórico pessoal. Sempre fui um defensor das eleições, da democracia e do parlamento.

### O presidente da Câmara também acusou o senhor de desestimular o exercício da cidadania e reforçar a ideia de que a política não serve à população. Em um país onde já há um conhecido desinteresse pela política, as afirmações de que as eleições são uma farsa não colaboram para essa situação?

Não, pelo contrário. O que desestimula a participação cívica, a crença no parlamento e na democracia é a prática da corrupção e é justamente por ela estar tão presente nas nossas eleições o Congresso Nacional é uma das instituições de menor credibilidade no país segundo as pesquisas. O que tem diminuído a credibilidade na política é a corrupção política e principalmente a corrupção eleitoral — é o financiamento das campanhas por grandes empreiteiras, grandes corporações.

**CONTINUA**



28 JUL 2014

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

**No livro, o senhor denuncia crimes graves, como desvio de dinheiro público, compra de votos, agiotagem, fraude em licitações, etc. Não seria o seu papel enquanto membro do Poder Judiciário denunciar os autores dessas condutas? Manter o anonimato dessas pessoas não consiste em um crime de prevaricação?**

Eu não tive acesso a práticas ilícitas concretas. Nas minhas entrevistas eu perguntava sobre os métodos e eles me explicavam como as licitações eram fraudadas, mas eu não tive acesso a nenhuma licitação fraudada. Além disso, eu não estava ali como magistrado e sim como estudante de doutorado. Não era um juiz - até porque não é papel de um juiz investigar nada e sim julgar os processos que chegam, fruto de investigações feitas pela polícia ou pelo Ministério Público. O meu objetivo não é denunciar casos concretos e sim as fragilidades do sistema no que diz respeito à obtenção de dinheiro para a campanha e como é feita a conversão desse dinheiro em votos através de atos criminosos.

**O que há de fato errado no sistema eleitoral do Brasil? Quais são as falhas no sistema eleitoral que permitem que "Cândidos Peçanhas" continuem sendo eleitos?**

O principal pecado das campanhas eleitorais no Brasil é o modelo de financiamento. As eleições brasileiras são caríssimas — só em 2014 a estimativa é de um gasto de R\$ 9,7 bilhões. Isso acontece porque as eleições são financiadas por grupos empresariais que atuam muito

próximo ao governo. Existe uma competição entre esses grupos para eleger o maior número de políticos e com isso influenciar o funcionamento da máquina pública. Isso gera um grande prejuízo para a sociedade, já que, depois de eleitos, eles não são representantes dos eleitores e sim dos financiadores de campanha.

**Com tantos métodos para a corrupção das eleições, o que o cidadão pode de fato fazer para mudar essa realidade?**

O que o eleitor pode fazer é buscar mais informação e votar de forma cada vez mais consciente. Hoje se dá mais importância à contusão de um jogador da Seleção Brasileira do que para os vícios que nós temos no nosso sistema eleitoral. O cidadão tem que se tornar mais exigente e também deve se incorporar à luta social pela reforma política porque o modelo eleitoral e o modelo de financiamento precisam ser superados e compete ao cidadão fortalecer essa demanda.

28 JUL 2014

# GAZETA DO POVO

## PONTA GROSSA

### **TRT realiza nova audiência para discutir greve no transporte**

Uma nova audiência no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em Curitiba, deve ser realizada hoje para discutir a proposta de paralisação de motoristas e cobradores de ônibus do transporte municipal em Ponta Grossa, nos Campos Gerais. Uma greve, que durou 17 dias entre maio e junho, deixou 100 mil passageiros sem ônibus, por dia. O movimento foi finalizado após uma audiência no próprio tribunal.

O sindicato da categoria – o Sintropas – aprovou a greve em votação concluída na última semana alegando que o acordo estabelecido no TRT no mês passado não foi cumprido. A prefeitura de Ponta Grossa entrou com pedido de liminar na última sexta-feira pedindo à Justiça a suspensão da nova greve e a declaração de ilegalidade. A desembargadora do TRT, Ana Carolina Zaina, informou, em ofício, que a greve é um direito dos trabalhadores e que a ilegalidade só pode ser discutida posteriormente ao movimento.

## COLUNA DO LEITOR

### **Discriminação**

No Brasil, a maior discriminação não é contra a mulher ou o negro como se acredita, mas contra o pobre. A sociedade ensina o ódio contra o pobre. Isso faz movimentar a máquina do consumo porque as pessoas tentam fingir que não são pobres. Isso força o cidadão comum a ter cada vez mais, se endividar, impedindo-o de compreender que dignidade tem significado diferente de acumular bens desnecessários e sem sentido.

**Carlos Alberto Gomes Marques**

### **Voto branco e nulo**

Tenho lido inúmeras manifestações de leitores que pretendem anular o voto nas próximas eleições. Dizem que não adianta mudar. Desandam a culpar os políticos e a política, como responsáveis pela situação delicada em que o país se encontra. Mas será que esse povo desencantado já leu algum estudo científico, elaborado por entidade confiável, que analise todos os setores de nossa vida social e que tenha concluído que, de fato, nada mudou no Brasil, ou mudou para pior? Votar nulo ou em branco é exercer a forma mais exacerbada de conservadorismo.

**Antonio Carlos Pacheco**, engenheiro agrônomo

26 JUL 2014

FOLHA DE S. PAULO

# Lewandowski susta punições do CNJ a desembargadores

Conselheiros avaliam que presidente do STF adotará novo estilo na condução do órgão; Calmon teme retrocesso

FREDERICO VASCONCELOS  
DE SÃO PAULO

O presidente interino do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, concedeu liminares suspendendo atos do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Essas medidas sugerem que haverá um novo estilo na condução do órgão de controle externo do Judiciário, segundo alguns conselheiros.

O CNJ será comandado por Lewandowski em razão da aposentadoria antecipada do ministro Joaquim Barbosa.

Lewandowski determinou nesta semana o retorno dos desembargadores Mário Alberto Hirs e Telma Britto ao Tribunal de Justiça da Bahia. Presidente e ex-presidente do TJ-BA, tinham sido afastados em novembro de 2013 pelo CNJ, suspeitos de pagamentos de precatórios inflados.

O afastamento dos dois foi apresentado como um dos pontos altos da gestão de Francisco Falcão na Corregedoria Nacional de Justiça.

Aproveitando o recesso do STF, os magistrados questionaram a prorrogação do processo. Alegaram que a continuidade do afastamento seria antecipação da punição.



O desembargador Mário Alberto Hirs, do TJ da BA

“Não posso condenar essa decisão do ministro Lewandowski, pois não se pode deixar alguém afastado do cargo por tanto tempo sem julgamento”, disse a ex-corregedora Eliana Calmon.

Em dezembro, o relator do caso no STF, Luís Roberto Barroso, havia indeferido pedido dos magistrados baianos para retornar ao cargo. Considerou que eles eram investigados em outros processos no CNJ e poderiam dificultar a coleta de provas.

Eliana Calmon diz que o episódio “foi muito ruim para a imagem do CNJ, gerando descrédito”. Teme-se, agora, que os dois desembargadores retaliem magistrados que participaram da apuração.

Eliana Calmon crê que o CNJ “entrará em declínio” após a atuação moralizadora da gestão de Joaquim Barbosa: “Se Lewandowski não tomar as rédeas, a corrupção no Judiciário aumentará”.

Já o conselheiro Gilberto Martins, relator do processo dos magistrados baianos, a prioridade do CNJ na questão disciplinar “está consolidada. É irreversível”, disse.

# FOLHA DE S. PAULO

## Grevistas têm que desocupar prédios da USP, diz Justiça

26 JUL 2014

Liminar também veta  
realização de piquetes

O Tribunal de Justiça de São Paulo determinou nesta quinta-feira (24) a reintegração de posse da USP. A liminar também impede que os grevistas façam piquetes e barrem o acesso aos prédios do campus.

A paralisação de professores e funcionários da USP começou no dia 27 de maio e foi motivada pela proposta da reitoria de congelar a discussão sobre reajuste de salários. A decisão permite, caso haja necessidade, o “uso da força policial” para que a determinação seja cumprida.

A liminar determina que todos os prédios sejam desocupados pelos grevistas. Atualmente, há piquetes e bloqueios em alguns prédios, como a prefeitura do campus e a administração central.

De acordo com o juiz Kenichi Koyama, da 11ª Vara de Fazenda Pública, que deferiu a liminar, “não se proíbe a realização de greve”.

“Todavia, manifestações violentas, independentemente das razões dos trabalhadores, aniquilando o direito de ir e vir, realizando piquetes ou ameaças (...), visando obstruir o acesso dos demais funcionários e estudantes, não podem ser admitidas como instrumento de diálogo”, escreveu o juiz.

### **OUTRO LADO**

“Sessenta dias de greve em três universidades estaduais e o único passo que a gestão consegue dar é na direção de maior confronto. Nem uma única iniciativa de diálogo ou negociação: só monólogos, judicialização e afrontas (via grande mídia)”, publicou o comando de greve da USP no Facebook.

# FOLHA DE S. PAULO

## Ex-presidente do Espírito Santo é solto sob fiança

26 JUL 2014

### Executivo é acusado de lavagem de dinheiro

O ex-presidente do Banco Espírito Santo (BES), Ricardo Salgado, foi posto em liberdade nesta quinta (24) após pagar uma fiança de € 3 milhões imposta pela Justiça portuguesa, que o acusa de fraude, abuso de confiança e lavagem de dinheiro.

Segundo o Ministério Público de Portugal, Salgado também foi proibido de deixar o país e de entrar em contato com “determinadas pessoas”, sem mais detalhes.

Salgado foi detido na manhã de quinta-feira e depôs por cerca de oito horas por seu suposto envolvimento na investigação policial “Monte Branco”, sobre a maior rede de lavagem de dinheiro descoberta em Portugal.

Nas últimas semanas, o grupo ao qual pertence o banco sofreu fortes pressões devido à detecção de irregularidades contábeis e à situação de insolvência que ameaça várias de suas empresas.

Uma holding da família Espírito Santo chamada Rioforte falhou em pagar mais de US\$ 1 bilhão em dívida à Portugal Telecom.

O não pagamento forçou o grupo de telecomunicações a aceitar um corte em sua parte na empresa resultante da fusão com a brasileira Oi.

A divulgação de irregularidades financeiras nas companhias do clã têm levantado dúvidas sobre perdas potencialmente desestabilizadoras no Banco Espírito Santo (BES), o maior do país.

26 JUL 2014

FOLHA DE S. PAULO

# Adolescente fazia bombas para atos no Rio, dizem ativistas

Em depoimento, ex-namorada afirma que jovem montou coquetéis-molotovs para manifestações durante a Copa

**Ativista, que agora tem 18 anos, não está entre os 23 réus acusados de se associar para crimes durante protestos**

CRISTINA GRILLO  
DIANA BRITO  
LUCAS VETTORAZZO  
DO RIO

Depoimentos de manifestantes à polícia apontam um jovem, à época com 17 anos, como um dos encarregados de preparar coquetéis-molotovs que seriam usados no “junho negro” —série de atos que pretendia impedir a realização da Copa.

Segundo os relatos, ele disse a uma então namorada que mataria um policial militar. Outra testemunha contou que o viu montando quatro coquetéis-molotov em sua casa, em uma favela da zona norte do Rio, depois testados em um campo de futebol.

O jovem não está entre os 23 réus do processo em que são acusados de associação para cometer crimes nas manifestações.

Na época dos atos, ele era menor —completou 18 anos em 11 de julho. Seu caso está na 1ª Vara da Infância e Juventude, onde responde por fatos análogos a desobediência, desacato e destruição.

Apontado como administrador de páginas dos “black

blocs” em redes sociais, o jovem morava, nos últimos meses, na casa da advogada Eloisa Samy, 45, réu no processo. Ela pediu asilo político no Consulado Geral do Uruguai, na segunda (21).

O nome dele também aparece em escutas telefônicas autorizadas pela Justiça nas quais ela orienta duas pessoas a fugirem de sua casa antes que a polícia chegasse para cumprir mandado de busca e apreensão, em 11 de junho.

“Saíam daí agora porque tem um mandado de busca e apreensão”, diz Samy a Gabriel da Silva Marinho, o Napalm, outro réu do processo.

A advogada estava na Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática quando ligou, usando celular de Elisa de Quadros Sanzi, a Sininho.

## CASAS DESFEITOS

Ex-namorada do jovem, uma adolescente de 17 anos contou à polícia que ele e Napalm estavam sempre na linha de frente dos protestos, convocando vandalismo.

Segundo ela, seu então namorado lhe contou que quebrava agências bancárias e já teria atingido um policial do com um coquetel-molotov.

A jovem relatou ter o visto arremessando bombas caseiras e bolas de gude, com estilingue, na direção da polícia. Disse ainda que ele estava preparando coquetéis-molotovs para o “junho negro”.

Em mensagens entre os dois, interceptadas, ele reclama de ter que cumprir serviço comunitário: “Maior sacanagem armarem contra mim, por isso na Copa eu vou matar um PM”, escreve.

Em outro depoimento, uma jovem de 21 anos o classifica como “muito violento” e diz que ele “faz molotovs, bombas de fumaça e jacarés” e distribuiu aos manifestantes.

Anne Josephine Louise Marie Rosencrantz, ex-namorada de Luiz Carlos Rendeiro Júnior, o Game Over, também relatou à polícia ações violentas após ele a ter trocado por Sininho, conforme revelou o jornal “O Estado de S. Paulo”.

## OUTRO LADO

A **Folha** não conseguiu localizar nesta sexta (25) a advogada Eloisa Samy, representante legal do jovem, para comentar os depoimentos.

No dia anterior, ela havia dito à reportagem que decidiu ajudá-lo porque “ele era o que se encontrava em condição mais vulnerável”.

Samy disse que o incentivou a encontrar outra forma de protestar, sem violência. Antes da Copa, ele teria passado a filmar atos com câmera emprestada pela advogada.

26 JUL 2014

FOLHA DE S. PAULO

# Doleiro sofre infarto dentro da PF em Curitiba e está na UTI

É a terceira obstrução na artéria que Youssef tem em menos de um ano  
**PRISÃO DOMICILIAR**

MÁRIO CESAR CARVALHO  
DE SÃO PAULO

O doleiro Alberto Youssef sofreu um infarto dentro da custódia da Polícia Federal em Curitiba (PR), onde ele está preso desde 17 de março deste ano. Ele passou por um cateterismo, procedimento que visa desobstruir uma artéria, e continua internado numa UTI (Unidade de Terapia Intensiva) na cidade.

É o terceiro infarto que Youssef, 46, sofre desde setembro do ano passado, segundo o advogado Antonio Augusto Figueiredo Basto, que defende o doleiro.

“O estado do Alberto é bastante complicado porque ele sofre de uma cardiopatia aguda”, disse Figueiredo Basto.

Cardiopatia é um termo genérico para designar problemas no coração.

O infarto ocorreu na madrugada desta sexta-feira, e o doleiro foi levado a um hospital privado, o Santa Cruz.

Durante as investigações da Operação Lava Jato, no segundo semestre do ano passado, Youssef sofreu dois infartos e passou cerca de um mês internado no Hospital Albert Einstein, em São Paulo.

Algumas das mensagens interceptadas pela Polícia Federal mostram que Youssef continuou ativo nos negócios mesmo dentro do hospital.

O advogado diz que vai pedir à Justiça federal que Youssef continue internado e depois cumpra a prisão em regime domiciliar.

Na custódia da PF, o doleiro não tinha acesso a uma dieta diferenciada porque, segundo o advogado, “isso poderia caracterizar privilégio”.

O doleiro responde a cinco ações penais, todas abertas a partir da Operação Lava Jato, nas quais é acusado de remessas ilegais para o exterior, de lavar recursos desviados da obra da refinaria Abreu e Lima, da Petrobras, que está sendo construída no litoral de Pernambuco.

A PF afirma que Youssef liderou esquema de lavagem que movimentou R\$ 10 bilhões, o que ele nega.

O Supremo apura a relação do doleiro com o deputado André Vargas (sem partido-PR), que ajudou Youssef a obter parceria de R\$ 31 milhões com o Ministério da Saúde.

26 JUL 2014

# FOLHA DE S. PAULO

RICARDO BALTHAZAR

## Assunto de família

**SÃO PAULO** - Por que tanto barulho em torno do aeroporto construído pelo senador Aécio Neves na fazenda de seu tio no interior de Minas Gerais? O terreno foi desapropriado pelo governo estadual antes da execução da obra. O tio do tucano não recebeu um centavo até agora. Ele contesta o valor da indenização. Não há vestígio de corrupção.

Mas há um bom motivo para examinar o assunto com atenção. Ao escolher o local em que o aeroporto seria construído, Aécio misturou um empreendimento público com os interesses de sua família. Entender o que o levou a agir assim pode ajudar a conhecê-lo melhor, agora que ele quer ser presidente da República.

O aeroporto beneficia Aécio e seus parentes de duas maneiras. Primeiro, a comodidade. Ele fica ao lado da sede da fazenda do tio e a 6 km da Fazenda da Mata, propriedade familiar que é o refúgio predileto do senador. O primo de Aécio disse que ele usa a pista sempre que visita a cidade. O tucano se recusa a falar do assunto.

Em segundo lugar, a construção do aeroporto poderá ajudar o tio de Aécio a resolver uma antiga pendência judicial, como a **Folha** mostrou nesta sexta (25). Réu numa ação civil pública por causa da pista de pouso de terra batida construída pelo governo estadual na sua fazenda antes do aeroporto, ele poderá usar o dinheiro da desapropriação do terreno para pagar sua dívida com a Justiça.

Se Aécio não tivesse construído o aeroporto em Cláudio, seu tio teria que se virar para resolver o problema sem o dinheiro da indenização. Ele poderia até perder um pedaço da fazenda, com a antiga pista de pouso e o que mais houvesse em cima.

Não há evidência de que a decisão de construir o aeroporto da cidade tenha sido tomada com a intenção de ajudar um parente em apuros na Justiça. Mas era fácil perceber desde o início que ele poderia ser beneficiado pela obra. Para manter separados os interesses do Estado e os da família de Aécio Neves, bastava mandar construir o aeroporto em outro lugar.

### PAINEL DO LEITOR

#### Aeroporto em MG

É absolutamente falsa a afirmação do texto "Aeroporto pode ajudar tio de Aécio em ação judicial" ("Poder", 25/07). A área do aeroporto de Cláudio foi dada como garantia de pagamento de R\$ 450 mil numa antiga ação civil pública contra o ex-proprietário. Se ele vier a ser condenado na ação, ela seria paga com o leilão da terra ou com o valor bloqueado da desapropriação, não fazendo nenhuma diferença. A desapropriação não ajudou em nada o antigo proprietário.

TEODOMIRO BRAGA, superintendente de imprensa do governo de Minas Gerais (Belo Horizonte, MG)

RESPOSTA DOS JORNALISTAS LUCAS FERRAZ E PAULO PEIXOTO - Com a desapropriação do terreno, o tio do senador Aécio Neves receberá uma indenização do Estado, que poderá ser superior ao valor da dívida decorrente da ação civil pública.



27 JUL 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## Sem fórum, Atibaia vira 'cidade sem Justiça'

### Prédio foi interditado, o que fez parar processos de despejo e de adoção, entre outros

**MARINA GAMA CUBAS**  
ENVIADA ESPECIAL A ATIBAIA (SP)  
**FREDERICO VASCONCELOS**  
DE SÃO PAULO

Faz mais de dois meses que Atibaia (a 64 km de São Paulo) sofre as consequências de ser uma cidade na qual não se pode contar com a Justiça.

Tudo graças à interdição do único fórum civil e criminal da cidade, por risco de desabamento, em 19 de maio.

A maior parte dos 60 mil processos que correm no fórum parou de andar, exceto os casos emergenciais; da mesma maneira, não tem mais havido audiências.

Desde a interdição, cerca de 800 novos processos entraram e estão represados nas varas cíveis, sem poder ser encaminhados para os juízes.

Recém-separada do marido, a assistente administrativa Daniela Forti, 39, pediu pensão à Justiça para o filho de um ano e meio. Deu o azar de ter entrado com o processo em maio, no mês em que o fórum deixou de funcionar.

Enquanto isso, diz, tem de bancar as despesas sozinha com o salário de assistente administrativo. "É fralda, leite, remédio, roupa de frio, uniforme da creche. O salário que recebo [cerca de R\$ 2.000 mensais] não é suficiente para arcar com tudo."

A corretora de imóveis Rosemeire Matheus, 47, enfrenta dificuldades: "Estou fazendo locações para pessoas que não sei se estão respondendo por ações de despejo depois do dia 19 de maio", diz. A praxe é pesquisar o passado judicial dos candidatos.

Não é só: "Ouvi de inquilino com aluguel atrasado que

eu não poderia fazer nada contra ele já que o fórum está fechado". Ações de despejo não são emergenciais.

#### ADOÇÃO

Crianças que vivem em abrigos da cidade também dependem de a situação no fórum voltar ao normal.

Segundo a advogada Francesca Rubião, 33, há casos de menores abrigados com processo de adoção que pararam. "Um processo que pode durar de seis meses a um ano e meio já não tem previsão para ser concluído."

O impacto igualmente acontece na polícia. O delegado José Glauco Ferreira afirma que, a continuar a situação, há o risco de "os criminosos que prendemos ganharem liberdade por conta da ausência de audiência e não previsão de julgamento". A defesa pode alegar isso para a soltura, explica.

Pedidos como quebra de sigilo bancário de suspeito não são tidos como emergenciais e travam investigações.

Sem o fórum, um plantão judicial resolve casos como prisões, medidas cautelares ou de menores infratores.

Por falta de imóvel, o serviço inicialmente estava em Bragança Paulista, a 25 km de Atibaia, mas a prefeitura local conseguiu um imóvel para abrigar o plantão, em funcionamento desde o dia 14.

Funcionário do fórum, Arthur Sobrinho, 51, não consegue mais sair de casa sem abordado por amigos e conhecidos. "Cada passo que um funcionário do fórum dá tem alguém querendo saber o que fazer com seu caso."

#### >OUTRO LADO<

### Atendimento voltará em parte ao normal dia 1º

O Tribunal de Justiça diz que parte dos trabalhos em Atibaia será retomada em 1º de agosto. Processos das áreas da infância e juventude, execuções criminais, ações criminais de réu preso, cíveis e de família terão audiências no plantão judicial.

Segundo o TJ, o prédio do fórum tem "aparentemente" problemas estruturais graves. Uma licitação foi aberta para análise técnica da edificação.

O TJ diz que contratou empresa para escorar a estrutura do edifício onde os processos estão presos. A partir desta segunda (28), os documentos podem ser retirados e levados para digitalização.

O órgão articula com a prefeitura e o Estado alugar um imóvel para abrigar o fórum.

27 JUL 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## Vexame, a banca não sabe contar

**ELIO GASPARI**  
Procuradoria-Geral corrigiu  
o terrorismo dos doutores  
e de seus papagaios contra  
as vítimas dos confiscos

*NO FINAL do ano passado, o Supremo Tribunal Federal esteve prestes a julgar o litígio dos poupadores das cadernetas de poupança que se sentiram lesados com a correção monetária de seus depósitos durante os planos econômicos fracassados do fim do século passado.*

*Com o apoio do Banco Central, a banca desencadeou uma operação de terrorismo político-financeiro, argumentando que se os depositantes prevalecessem, provocariam um desastre bíblico na economia nacional. Seriam R\$ 150 bilhões, talvez R\$ 180 bilhões, quem sabe, R\$ 441 bilhões. Uma empresa de consultoria falou em R\$ 600 bilhões.*

*Um manifesto assinado por Guido Mantega e cinco ex-ministros da Fazenda, inclusive aqueles que ajudaram a produzir a ruína da hiperinflação, foram na mesma linha.*

*Um dos advogados da banca chegou a mandar uma carta ao ministro Ricardo Lewandowski prevendo que uma decisão a favor dos poupadores "lançará o país numa corrente de horrores que, sem exagero, irão do desemprego em massa à fome da população mergulhada nos sortilégios de uma crise econômica que afetará toda a nação." Os ilustres causídicos da banca, que já haviam tentado tenebrosas tentativas no escurinho de dois recessos do STF, conseguiram adiar para este ano o julgamento do caso.*

*O Instituto Brasileiro de Defesa*

*do Consumidor sustentava que isso era um exagero e argumentava que esses mesmos bancos haviam provisionado apenas R\$ 11 bilhões. Na conta do Credit Suisse o litígio custaria R\$ 26,5 bilhões.*

*A Procuradoria-Geral da República informou que as contas catastrofistas estavam erradas. A cifra certa, para a PGR, está em R\$ 21,9 bilhões. Em vez de aterrorizar o país com uma conta doida para não pagar coisa alguma, os bancos poderiam ter feito a conta certa, como fez o Credit Suisse. Afinal, eles a conheciam.*

*Ficará na história da banca brasileira o fato de terem inventado um apocalipse para ganhar um dinheirinho à custa da boa-fé do público e da sua capacidade de atemorizar os ministros do Supremo.*

*Tudo indica que o Supremo decide a questão ainda neste ano.*

27 JUL 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## Presídios precisam de solução

**RODRIGO JANOT**

O que deveria servir para ressocializar o preso, presta-se a ser um local de aprendizado do crime, capaz de abalar a segurança pública extramuros

Iniciou-se neste mês a campanha eleitoral. Ao lado da saúde e da educação, a segurança pública surge como um dos temas de grande interesse. A atenção, contudo, não se detém no sistema prisional, apesar de ser esse um ponto sensível na segurança pública. Especialistas da área afirmam que há relação direta entre os dois: quando há piora no sistema de cumprimento da pena (intramuros), piora também a segurança pública (extramuros).

Os recentes e inadmissíveis episódios no sistema prisional, como as mortes no presídio de Pedrinhas, no Maranhão, evidenciam o esquecimento do assunto na agenda estatal. O que deveria servir para ressocializar o preso, presta-se a ser um local de aprendizado do crime, capaz de abalar a segurança pública extramuros. Além da superlotação, a maioria dos presídios brasileiros carece de condições razoáveis de higiene, atendimento médico e assistência judicial.

Há ainda casos de junção entre presos provisórios e os já condenados, tortura e agressão física a detentos, e entre eles, bem como tratamento humilhante às visitas. Nesse cenário, de completo desrespeito aos direitos sociais, organizações criminosas prestam auxílio aos presos e às suas famílias, forjando vínculos de dependência e de lealdade.

O problema foi negligenciado durante muitos anos por autoridades e sociedade. Estamos falando de oferecer perspectivas de vida fora do crime para cerca de 500 mil pessoas que hoje formam a população carcerária. O assunto pede atenção especial e iminente. A sociedade reclama solução, pois percebe, quando tem notícia de quadrilhas comandadas, por celular, de dentro dos presídios, que o ambiente penitenciário acaba refletindo no nível de sua segurança nas ruas.

A crise do sistema prisional só será solucionada a partir da atuação coordenada dos diversos órgãos de Estado e da sociedade civil. Nesse sentido, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio do programa “Segurança sem Violência”, apresentou um relatório com oito diretrizes para a melhoria do sistema penitenciário.

A novidade da iniciativa está na formulação conjunta do CNMP com o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério da Justiça, a OAB, Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais e o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e Administração Penitenciária de ações integradas e de políticas efetivas para a promoção de melhorias no sistema. O diagnóstico dos problemas enfrentados e a indicação das soluções foram construídos de forma consensual, por isso, o plano de atuação é viável.

Um exemplo é a proposta de priorizar a construção de estabelecimentos para cumprimento de pena em regime semiaberto, em vez de presídios para o regime fechado, como se fez até hoje. Os primeiros são mais baratos, mais rápidos de se construir e, uma vez ocupados, vão liberar vagas no regime fechado. Além disso, vão oferecer condições mais adequadas — e em consonância com a lei — para o cumprimento da pena e a reinserção social dos condenados ao regime semiaberto.

Os Estados estão convidados a aderir ao programa e acreditamos que isso ocorrerá, diante da urgência do problema. A campanha eleitoral é um ótimo momento para que a sociedade debata essa questão com os candidatos.

Em outra frente, o Ministério Público Federal criou no mês passado

uma câmara de coordenação e revisão para tratar do sistema prisional e do controle externo da atividade policial. Com isso, ganhamos um instrumento para contribuir cada vez mais efetivamente no enfrentamento dos problemas que afligem o sistema prisional.

RODRIGO JANOT, 57, é procurador-geral da República e presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

27 JUL 2014

## FOLHA DE S. PAULO

# O pouso do tucano

Ainda que tenha sido feito de maneira legal na gestão de Aécio Neves, aeródromo contradiz discurso de ética e eficiência administrativa

O senador mineiro Aécio Neves, candidato do PSDB à Presidência da República, dedicou boa parte dos últimos dias à tentativa de justificar a construção de um aeródromo em Cláudio (MG), num terreno desapropriado pelo governo do Estado durante a gestão do tucano.

Revelado por esta **Folha** no último domingo, o episódio desde logo chamou a atenção. Primeiro, porque as terras pertenciam a Múcio Tolentino, tio-avô de Aécio e ex-prefeito de Cláudio. Depois, porque o uso da pista de pouso, pronta em 2010, dependia da autorização dos familiares do senador.

Com 1 km de comprimento e condições de receber aeronaves turbohélice de pequeno e médio porte (até 50 passageiros), o aeródromo custou R\$ 13,9 milhões aos cofres públicos, sem contar a indenização pela desapropriação. O valor oferecido pelo Estado, R\$ 1 milhão, é até hoje discutido na Justiça.

De acordo com a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), a pista ainda não teve sua operação liberada ao público. Mesmo assim, Fernando Tolentino, um dos filhos de Múcio, afirmou que ao menos um avião a utiliza por semana.

Entre os usuários estaria o próprio Aécio Neves. Seu refúgio favorito, a Fazenda da Mata, situa-se a 6 km dali. Nas inúmeras explicações que deu ao longo da semana, o tucano não confirma nem nega que tenha aterrissado em Cláudio.

O candidato também se eximiu de dizer por que as chaves do local ficavam nas mãos de seus parentes.

Há mais, contudo. Nova reportagem desta **Folha** mostrou que, em 2001, o tio-avô de Aécio sofreu o bloqueio judicial da área onde está o aeródromo. O Ministério Público pede o ressarcimento dos gastos na construção de uma pista de pouso de terra em 1983, quando Tancredo Neves era o governador mineiro, e Múcio, prefeito de Cláudio.

Para quem não podia dispor de parte das terras, a desapropriação não chega a ser mau negócio. E a indenização, paga com recursos de Minas, poderá ser usada por Múcio para, caso seja condenado, quitar sua dívida com o governo mineiro.

Diante desses fatos, soam no mínimo inverossímeis as declarações de Aécio segundo as quais seus familiares não teriam se beneficiado pela obra. Também caem em descrédito as justificativas técnicas apresentadas pelo tucano.

Pela narrativa oficial, o aeródromo tem importância para as indústrias locais, e a pavimentação da pista de terra representava a opção mais econômica para o Estado.

Mais econômico, na verdade, teria sido não fazer obra nenhuma. A demanda por voos em Cláudio é pequena, e o aeroporto de Divinópolis fica a 50 km de distância.

Ainda que todo o processo tenha sido feito de maneira legal, como sustenta Aécio Neves, restará uma pista de pouso conveniente para o tucano e seus parentes, mas de questionável eficiência administrativa. Não é pouca contradição para um candidato que diz apostar na união da ética com a qualidade na gestão pública.

28 JUL 2014  
FOLHA DE S. PAULO

VALDO CRUZ

## Caixa de confiança

**BRASÍLIA**- Mantida a tendência de julgamento em curso no Supremo Tribunal Federal, esta pode ser a última eleição com doação legal de empresas para candidatos, que passaria a ser proibida no país.

Oportunidade única para pôr fim ao período de coleta desenfreada de grana para campanhas, assim definido por um experiente político: humilhante para os honestos e porta da esperança para os corruptos.

Talvez os primeiros sejam maioria, mas não têm acesso aos cofres privados. Os segundos são minoria, mas controlam a maioria porque conhecem o caminho do dinheiro.

Isso me faz recordar fato ocorrido no início dos anos 90. Um empresário foi procurado por um assessor em nome de um candidato a governador no Sudeste. Motivo: um pedido milionário de doação.

Resposta positiva, mas com uma condição. O dinheiro seria entregue diretamente ao candidato. Afinal, o doador não enxergava no emissário alguém com ascendência sobre o destinatário da grana.

Resposta negativa. A verba tinha de ser entregue ao emissário original. Decidido a fazer a doação, o empresário encheu a pasta com a quantia pedida e foi ao encontro do candidato, de quem era próximo.

Depois de um chá de cadeira, não foi recebido. Da secretária, ouviu o recado de que o endereço de entrega estava errado. E teve a garantia de que o interlocutor era, sim, de total confiança. A grana foi doada.

Explicação do empresário para o episódio. Você não pode doar sem ter a certeza de que o candidato sabe que você está sendo muito generoso. É preciso estabelecer um vínculo a ser cobrado mais à frente.

Por isso os verdadeiros caixas de campanha não só falam em nome do candidato como têm influência sobre ele. Esta é a regra de ouro do negócio e a origem de todas as negociatas.

Livrar-nos delas totalmente é utopia. Mas o STF pode, mais uma vez, pressionar o Congresso a se mexer. O risco é criarem novos atalhos.

26 JUL 2014

# FOLHA DE LONDRINA

## City Shopping: juízo de retratação

Almir Rodrigues Sudan

Foi disponibilizada na internet a petição inicial da ação por improbidade administrativa promovida pelo Ministério Público contra servidores e agentes públicos e cidadão/empresa de Londrina, visando desconstituir/desfazer/punir atos violadores do interesse público, os quais, em tese, teriam causado prejuízos ao município de Londrina. Isso tudo por conta da construção do empreendimento denominado de City Shopping.

Dizem, na ação, os ilustres membros do Ministério Público que dois agentes – a presidente do Ippul, Igenes Dequech, e o procurador Jurídico do Município, Paulo César Valle - “agiram com desvio de poder e alteraram posicionamento anterior”, pelo que, por isso, praticaram atos lesivos ao patrimônio público ao emitir novo e divergente parecer, onde, nele, recomendaram a reanálise do Estudo de Impacto da Vizinhança (EIV), que havia sido defenestrado em motivação anterior.

Preocupa-me isso, e digo por que: o agente público não só pode rever seu posicionamento, quando necessário, como, em verdade, isso se trata de um dever. É o que chamam de juízo de retratação administrativo (igualmente ao judicial), ex officio ou quando provocado pela parte interessada, sendo que isso jamais configura ato de improbidade, até porque a lei nº 9.784/99, em seu artigo 65 diz expressamente que “os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada”.

O juízo de retratação, como se sabe, é a oportunidade que o agente público tem de rever sua decisão, seja ela por razões de mérito ou oportunidade, ou por razões de legalidade. É o exercício do dever-poder de autotutela da administração pública, em que o órgão pertinente percebe alguma inconsistência na decisão proferida, e se antecipa visando permitir, rever ou oportunizar que o administrado tenha o seu apelo reexaminado. Nesse entendimento,

é importante lembrar a valiosa lição de José dos Santos Carvalho Filho, que diz que a prerrogativa de autotutela permite que a administração reveja seus próprios atos, podendo a revisão ser ampla ou parcial, e pode alcançar aspectos de legalidade e de mérito. Arremata o jurista dizendo que “falha a administração pública quando, compelida a exercer a autotutela, deixa de exercê-la”.

O procurador Jurídico do Município e a presidente do Ippul, a meu ver, não praticaram qualquer ato ilegal ou lesivo ao patrimônio público, como asseveram os ilustres membros do Ministério Público, até porque, no caso em questão, apenas elaboraram outro parecer, este, apenas e para que o EIV fosse reanalisado. Nem o procurador, tampouco a presidente do Ippul, formularam qualquer juízo de valor quanto ao pleito de legalidade e regularidade do empresário empreendedor.

Pleitear, agora, a aplicação de sanções judiciais severas contra o atual procurador Jurídico e a presidente do Ippul é, no mínimo, incoerente. Incoerente com a lei porque desafia uma relação lógica entre o ato praticado pelos agentes públicos e o permissivo da lei, até porque os autores são membros do Ministério Público, portanto, pela própria função que exercem são exímios conhecedores da lei. Impor

aos dois agentes públicos a pecha de ímprobos porque apenas opinaram pelo reexame do estudo de impacto da vizinhança é extremamente sério e temerário, até porque o procurador-geral da República, em dias recentes, emitiu novo parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal modificando, no caso da ação contra os bancos o seu entendimento anterior, sem que isso configure ato ilegal, ou será que ele também vai ser processado por ato de improbidade no exercício da sua função? Será?

Frise-se, por último, que não sou amigo e sequer conheço o procurador Jurídico e a presidente do Ippul.

ALMIR RODRIGUES SUDAN  
é advogado em Londrina

66

*Impor aos dois  
agentes públicos a  
pecha de ímprobos  
porque apenas  
opinaram pelo  
reexame do EIV é  
extremamente sério  
e temerário*

26 JUL 2014

# FOLHA DE LONDRINA

# Vargas terá acesso a autos, decide STF

## Ministro Lewandowski acata parcialmente pedido de deputado e libera cópia de processo no Conselho de Ética

Beatriz Bulla  
Agência Estado

Brasília - Uma decisão tomada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski na noite da última quinta-feira deu novo ânimo à defesa do deputado federal André Vargas (sem partido-PR). Apesar de ter negado o pedido de suspensão do processo disciplinar que corre no Conselho de Ética da Câmara, o ministro atendeu ao pleito dos advogados em liminar para ter acesso e tirar cópia dos autos da representação parlamentar.

A análise de um advogado de Vargas é de que o presidente em exercício do STF reconheceu uma ilegalidade - o cerceamento de defesa - no processo que corre na Câmara dos Deputados. Para a defesa do deputado, a decisão de Lewandowski sugere uma possível leitura favorável da Corte caso seja analisado pedido para anular todo o procedimento do Conselho de Ética.

Ao Estado, Vargas, que responde processo por quebra de decoro parlamentar devido a sua relação com o doleiro Alberto Youssef, avaliou que a decisão de Lewandowski confirma que "o relator

do processo na Câmara toca o processo já com voto formado, sem permitir defesa, com atos autoritários".

"A instrução é toda nula. As declarações de Júlio Delgado são de condenação desde o primeiro dia", critica o petista, em referência ao relator do caso na Câmara federal, deputado do PSB por Minas Gerais.

Em mandado de segurança impetrado no STF na quarta-feira, os advogados de Vargas alegaram que o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, deputado Ricardo Izar, e o relator, Júlio Delgado, teriam negado pedido de cópia dos autos.

O pedido de acesso aos autos foi deferido pelo ministro do STF, mas a suspensão do processo, negada. "Plausível, pois, a alegação dos impetrantes no tocante ao cerceamento de defesa", escreveu Lewandowski, ao decidir sobre o pedido liminar, citando o princípio constitucional da ampla defesa, além de súmula da própria corte que reconhece o direito do defensor de ter acesso a elementos de prova.

Para José Roberto Batochio, um dos advogados responsáveis pelo caso de Vargas, Lewandowski atendeu "a maior parte" do pedido realizado, mesmo tendo indeferido o pedido de suspensão do trâmite no Conselho de Ética. "Ele concedeu liminar para dizer que a Câmara estava cometendo uma ilegalidade. Uma das casas do Congresso violar a Constituição é algo muito sério", disse o advogado, que classifica como um "episódio desagradável" para a Câmara a decisão do ministro do STF.

A acusação dos advogados é de que o Conselho de Ética estaria realizando o processo de instrução, com depoimento de testemunhas, sem que a defesa pudesse ter acesso aos documentos. No próprio mandado de segurança, a defesa de Vargas pede a anulação dos atos realizados na Câmara "sem a devida observância dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório", com efeito retroativo.

**CONTINUA**

26 JUL 2014

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

O pedido não foi analisado por Lewandowski, que só avaliou as questões da medida liminar, e deverá ser apreciado pela Segunda Turma do STF na volta do recesso da Corte. A relatora do caso, ministra Carmen Lúcia, ainda irá preparar o voto para então colocar em debate entre os demais integrantes da Turma: Lewandowski, Teori Zavascki, Celso de Mello e Gilmar Mendes.

“Temos já reconhecido que houve uma ilegalidade e enquanto durava a ilegalidade tivemos a prática de vários atos inclusive inquirição de testemunhas. O entendimento deverá ser o mesmo no momento de apreciar o mandado de segurança completo”, completou Batochio, que pede no caso que os atos que forem considerados ilegais, como oitiva de testemunhas, sejam refeitos após a decisão final do STF.

O deputado Júlio Delgado afirma que a defesa de Vargas sempre teve disponível para consulta na Câmara dos Deputados os documentos relativos ao caso. “O próprio colega de Lewandowski, ministro Teori, nos deu a documentação da Operação Lava Jato sob sigilo. O material sempre esteve à disposição no Conselho de Ética. Além disso, Vargas, como indiciado no STF, teve acesso a essa documentação”, defende-se. “Eu também não posso tirar cópia do processo”, completa Delgado.



26 JUL 2014

# FOLHA DE LONDRINA

## Youssef sofre infarto na prisão e é levado a hospital

*Na quinta-feira, a Justiça Federal  
acatou a décima denúncia feita  
pelo MPF referente à Lava Jato*

Rubens Chueire Jr.  
*Reportagem Local*

Curitiba - O doleiro londrinense Alberto Youssef, apontado pelo Ministério Público Federal (MPF) como o principal personagem do mega esquema de lavagem de dinheiro desbaratado durante a Operação Lava Jato, sofreu um infarto na manhã de ontem na carceragem da Superintendência da Polícia Federal (PF) em Curitiba, e teve que ser encaminhado para um hospital da capital.

Conforme informações da PF, Youssef começou a se sentir mal por volta das 9h20 e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) foi acionado. Os primeiros atendimentos foram realizados ainda na superintendência, mas, em seguida, constatada a gravidade do quadro, os funcionários do Samu decidiram levar o doleiro para o hospital. A ambulância deixou o local escoltada por agentes da PF.

A instituição de saúde não se pronunciou sobre a internação, entretanto o advogado do doleiro, Antonio Figueiredo Basto, confirmou que Youssef teve que passar por um cateterismo (exame invasivo para confirmar obstruções das artérias coronárias) e, até o final da tarde de ontem, permanecia em observação na Unidade de Tera-

pia Intensiva (UTI). “Estamos aguardando sua recuperação. Ele sentiu fortes dores no peito durante a manhã e teve que ser encaminhado rapidamente para o hospital. Ele já teve complicações de saúde no passado e precisa de cuidados”, contou Basto.

O nome do hospital não foi divulgado por questões de segurança. Youssef está preso desde o mês de março e, em outra ocasião, reclamou de problemas de saúde. No dia 7 de abril o preso chamou os agentes carcerários depois de sentir fortes dores no peito. Na época Youssef foi encaminhado para o Hospital Cajuru para a realização de exames, que não constataram nenhuma complicação.

### DEZAÇÕES

A Justiça Federal do Paraná acatou na quinta-feira a décima denúncia feita pelo MPF referente à Lava Jato. A FOLHA já havia adiantado no início da semana que o doleiro, além de seu suposto “laranja”, João Procópio Junqueira Pacheco de Almeida Prado, que também está preso, eram alvos da nova denúncia do MPF.

Youssef e outras sete pessoas viraram réus na ação que apura operação irregular de instituição financeira e evasão de divisas no valor de US\$ 78,2 milhões mediante 1.114 contratos de câmbio fraudulentos envolvendo duas empresas

offshore entre junho de 2011 e março deste ano. Além do doleiro e de Procópio, também são réus nesta ação Nelma Kodama, Leandro Meirelles, Leonardo Meirelles, já citados em outros processos; Antônio Manuel de Carvalho Baptista Vieira, Matheus Oliveira dos Santos e Rafael Ângulo Lopez.

Youssef já é réu em outras quatro ações: a que apura crime de tráfico de drogas e lavagem de produto de tráfico de drogas; crimes financeiros por meio de celebração de contratos de câmbio fraudulentos em nome da empresa Labogen S/A Química Fina e outras para pagamentos no exterior de importações fictícias; outra que investiga crimes de lavagem de dinheiro produto de desvios de recursos públicos da Petrobras; e mais uma que apura crimes de lavagem de dinheiro contra a administração pública, de parte do dinheiro do mensalão.

“É lamentável ficarmos sabendo de mais uma denúncia por meio da imprensa. Ainda não tive acesso aos autos desta nova ação penal e, por isso, não vou comentar nada. No momento aguardamos o restabelecimento da saúde do meu cliente”, ressaltou Figueiredo Basto. Com mais esta ação, chega a 55 o total de réus envolvidos na Lava Jato.

26 JUL 2014

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME FOLHA

#### **Não deu**

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) rejeitou um pedido do candidato ao governo do Paraná pelo PMDB, Roberto Requião, que pretendia evitar que correligionários subissem em palanques de adversários políticos. Ele tenta chegar ao Palácio Iguazu pela quarta vez, após vencer em convenção a ala favorável a uma aliança com Beto Richa (PSDB). Entretanto, em ata de reunião divulgada no início do mês, a comissão executiva estadual da legenda liberou os peemedebistas para “dividir palanque” com candidatos de outros partidos ou coligações.

#### **Não é de competência**

No pedido, Requião considera que a atitude fere a fidelidade partidária. Porém, para a relatora Vera Lúcia Feil Ponciano, a matéria não é de competência da Justiça Eleitoral porque cabe exclusivamente ao partido. A Constituição Federal assegura às agremiações partidárias a autonomia para definir seu funcionamento interno, incluindo a possibilidade de impor sanções aos filiados. “A matéria objeto da presente medida tem cunho eminentemente interna corporis, tendo em vista que se trata da relação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro com seus filiados e da validade das deliberações partidárias”, despachou a juíza.

27 JUL 2014

## FOLHA DE LONDRINA

### **Doação de imóveis a descendentes**

Um leitor enviou a seguinte questão: Um casal criou sem adotar legalmente, um sobrinho e gostaria de “deixar” a ele um imóvel e questiona qual seria o melhor modo de fazer isto. O casal não gostaria que este imóvel fosse transferido a outra pessoa pelo donatário, mesmo se ocorrer a morte do donatário antes da deles, doadores.

Sim, há. No entanto, o casal não poderá doar mais da metade de seus bens, chamada, em Direito, de parte disponível, já que se o doador tiver descendentes, ascendentes ou cônjuge que tenham direito à sucessão, a estes, dentro da ordem legal sucessória, pertencerão e por direito, metade da herança (arts. 549, 1845 e 1846, do Código Civil). Portanto, se somente for este o patrimônio seu, não será possível a doação da totalidade do mesmo, repita-se, somente da metade. Se houver outros bens e este imóvel estiver dentro da parte disponível, aí sim, a doação será perfeitamente possível.

Deve o casal observar se tem renda ou bens de outra natureza que lhe proporcionem subsistência, sob pena de nulidade da doação (art. 548, do Código Civil).

Para evitar a transferência do imóvel pelo donatário, é importante que se estabeleça cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade em relação ao imóvel ou mesmo à parte doada, com a menção de que se pretende assegurar ao donatário um patrimônio. Estas somente se extinguirão em caso de morte do donatário, salvo havendo estipulação diferente em relação à sua duração pelos doadores.

Para evitar que o imóvel seja transmitido para os pais ou mesmo herdeiros legais, caso o donatário faleça antes dos doadores, é necessário que se estipule a chamada cláusula de reversão (art. 547, do Código Civil) quando a propriedade retornará ao domínio dos doadores.

Outra alternativa é o testamento de cada um dos doadores (art. 1.857, § 1º e seguintes do Código Civil), que surtirá efeitos após o falecimento de cada um deles e poderá assegurar, após a morte deste, um patrimônio para o sobrinho que se tornará herdeiro testamentário. Mas, neste caso, deverá ser efetuado o competente Inventário Judicial do respectivo testador para que, após a abertura do testamento, se faça a atribuição e partilha dos bens.

---

ANA LÚCIA ARRUDA DOS SANTOS SILVEIRA  
é advogada e membro da Comissão de Direito  
Imobiliário e Urbanístico da OAB Londrina

28 JUL 2014

# FOLHA DE LONDRINA

## Oscips extintas devem aos cofres do Paraná

Edson Ferreira  
*Reportagem Local*

Condenadas à extinção pela Justiça Federal do Paraná, as Oscips Instituto Brasileiro de Integração e Desenvolvimento Pró-Cidadão (Ibidec) e Agência de Desenvolvimento Educacional e Social Brasileira (Adesobras) também acumulam condenações no Tribunal de Contas (TC) do Paraná, por irregularidades em convênios com prefeituras do Estado. Em processos julgados pelo TC, as duas entidades, além dos prefeitos responsáveis pelos convênios, devem cerca de R\$ 1,5 milhão em restituições aos cofres públicos.

A Adesobras é presidida por Robert Bedros Fernezlían, que deixou a prisão essa semana, depois de conseguir liminar no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF 4) no processo que o condena pelo desvio de R\$ 9,5 milhões do Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania). No Paraná, ele e a Oscip têm três condenações no TC por

irregularidades em prestações de contas sobre convênios firmados em Matelândia (Oeste), Guaíra (Oeste) e Cerro Azul (Região Metropolitana de Curitiba).

Na primeira cidade foram considerados inidôneos o ex-prefeito Edson Antônio Primon e Fernezlían. Ambos deverão ressarcir R\$ 719 mil aos cofres públicos e recolher multas de R\$ 460 mil. Segundo o TC, atualmente o proces-

---

***Duas entidades  
juntas devem  
cerca de  
R\$ 1,5 milhão***

---

so aguarda decisão sobre embargos de declaração impetrados por Primon.

Em Guaíra, a Adesobras deve restituir cerca de R\$ 240 mil aos cofres municipais. O ex-prefeito Manoel Kuba também foi condenado ao ressarcimento. A entidade, em 2009, firmou convênio para atuar no controle e combate à epidemia da gripe H1N1, mas o TC "verificou que parte da verba destinada custeou taxas administrativas, o que é proibido em transferências voluntárias".

Na cidade de Cerro Azul, a decisão do TC condena a Adesobras e Fernezlían ao ressarcimento de R\$ 130 mil ao erá-

rio municipal, além da inclusão do então prefeito, José Eneon da Sila Telles, no cadastro de gestores com contas irregulares. Cabe recurso.

Conforme o TC, o Ibidec responde por dois contratos feitos em Piraquara (Região Metropolitana de Curitiba), em 2008 e 2009. Em um deles, já em execução de sentença, a Oscip e a presidente Lillian de Oliveira Lisboa foram condenadas a devolver R\$ 18,7 mil. O convênio destinava-se a "operacionalizar o desenvolvimento dos programas Liberdade Assistida, Atendimento ao Idoso, Geração de Renda e Erradicação do Trabalho Infantil no município de Piraquara".

Na prestação de contas, segundo o TC, faltaram extratos bancários, desde o repasse inicial até o último lançamento efetuado. Neste processo, o então prefeito Gabriel Samaha (PPS) foi condenado a devolver R\$ 778 e teve o nome incluído na lista dos inelegíveis do TC. O outro convênio entre o Ibidec e a Prefeitura de Piraquara ainda não tem decisão.

Ninguém atendeu o telefone nas sedes das Oscips em Curitiba. Os ex-prefeitos não foram localizados.

28 JUL 2014

## FOLHA DE LONDRINA

### Advogado pedirá prisão domiciliar de Youssef

Roger Pereira

*Reportagem Local*

O doleiro Alberto Youssef recebeu alta hospitalar e retornou para a carceragem da superintendência da Polícia Federal, em Curitiba, sábado à tarde. Ele estava internado desde a manhã de sexta-feira, quando sofreu um infarto dentro da prisão. Transferido para o Hospital Santa Cruz, Youssef foi submetido a um cateterismo cardíaco para a desobstrução da veia.

Segundo o advogado do doleiro, apontado como pivô das operações ilegais investigadas pela Operação Lava Jato, Antonio Figueiredo Basto, é o terceiro infarto que ele sofre apenas neste ano, dois deles depois que foi preso pela PF, em março. Basto adiantou que pedirá a prisão domiciliar de seu cliente por temer pela sua saúde. “O estado do Alberto é complicado porque ele sofre de uma cardiopatia aguda”, disse. “Ele precisa de uma série de cuidados especiais. Uma das formas de controlar essa cardiopatia é manter uma alimentação especial, à qual ele não tem acesso na PF”, justificou o advogado, que tentou, sem sucesso, que o doleiro passasse mais tempo no hospital. A reportagem tentou contato com a PF mas não teve retorno.

26 JUL 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

## Liminar impede piquetes de grevistas na USP

Professores, funcionários e alunos cruzaram os braços há quase 2 meses; sindicatos reclamam de intransigência da reitoria

**Rafael Italiani**  
**Victor Vieira**

A reitoria da Universidade de São Paulo (USP) conseguiu na Justiça uma liminar de reintegração de posse, que impede piquetes e bloqueios de grevistas nos prédios da instituição. Professores, funcionários e alunos cruzaram os braços há quase dois meses contra o congelamento de salários proposto pelos reitores das universidades estaduais. O magistrado autorizou o uso da força policial em caso de descumprimento.

A justificativa para a intervenção judicial é a garantia do total funcionamento e prestação de serviços da universidade. No processo, estão relacionados os prédios da prefeitura do campus, Administração Central, Faculdade de Odontologia e Restaurante Central, entre outros edifícios da Cidade Universitária, na zona oeste da capital.

O juiz Kenichi Koyama, da 11.ª Vara de Fazenda Pública da capital, afirmou que, embora seja assegurado o direito de greve, “manifestações violentas, independentemente das razões dos trabalhadores, aniquilando o direito de ir e vir, realizando piquetes e ameaças” não serão permitidas. Grevistas, segundo a ação, colocaram cadeados nos portões e móveis nas entradas para obstruir a passagem.

As entidades sindicais se queixam de intransigência da reitoria da USP. Nesta semana, um informe interno já havia desagradado os funcionários em greve. O documento, que trazia esclarecimentos jurídicos sobre o registro de faltas, foi encarado pelo movimento como uma ameaça de corte de ponto e desconto na folha de pagamento.

Em junho, o conselho de reitores das estaduais já havia condicionado a retomada das negociações salariais ao fim dos piquetes e protestos violentos. Após negociações com os sindicatos, o conselho decidiu reabrir a discussão sobre reajuste só em setembro, a depender das receitas das instituições.

**Ponto.** A liminar foi classificada por Magno de Carvalho, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), como uma “medida desesperada” da reitoria. “Mais grave do que isso foi o corte de ponto dos funcionários”, disse. A punição, segundo ele, pode provocar um corte de até 50% nos salários.

Para Carvalho, o governo quer impedir que a greve ganhe força no início das aulas, previsto para o dia 4 pelo calendário da USP. “As assembleias nas férias foram grandes. Com a volta dos estudantes, a tendência é de que a paralisação cresça: tudo que eles não querem.”

26 JUL 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

### Presidente do STF suspende dívida de R\$ 6 mi em Maceió

● O presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, suspendeu uma dívida de R\$ 6 milhões da Santa Casa de Misericórdia de Maceió com a União. O motivo é que a execução imediata do débito colocaria em risco o atendimento à população. "Entendo que o cumprimento imediato do acórdão, antes do julgamento de mérito, geraria evidente risco de grave descontrole nas finanças da referida entidade filantrópica impetrante, o que certamente afetaria os atendimentos hospitalares de saúde por ela prestados", afirma o ministro em sua decisão liminar.

O Tribunal de Contas da União (TCU) considerou irregulares as prestações de contas da instituição, referentes à utilização de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS). As pendências entre 2001 e 2002 chegavam a R\$ 1,2 milhão, sobre o qual recaíram correção monetária e juros. Entre as alegações da instituição está o fato de que o TCU desconsiderou acordo feito em 2004 com o Judiciário alagoano, por meio do qual a administração municipal de Maceió assumiria totalmente o débito.

No STF ainda tramita um processo de interesse de todos os hospitais filantrópicos do País. Uma das formas sugeridas para ampliar os recursos é permitir a "diferença de classe", prática pela qual o paciente paga uma diferença em dinheiro para melhorar a acomodação e usar o profissional de sua preferência. A prática é vetada há 13 anos, foi alvo de uma audiência pública em abril e está no centro de um recurso do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul. Não há prazo para julgamento.

### SONIA RACY

#### Passando o bastão

O adiamento da aposentadoria de **Joaquim Barbosa** deixou organizações civis que atuam na região de Belo Monte à beira de um ataque de nervos. Elas pediram, no início do mês, que o STF julgue ações sobre hidrelétricas na Amazônia – que se arrastam há quase uma década.

Qual o problema? As petições estão endereçadas... a **Ricardo Lewandowski**, que ainda não assumiu a presidência.

#### Mudança...

Depois de pelo menos duas licitações frustradas "por falta de competitividade", o TSE desistiu de centralizar a contratação de 14 mil técnicos de urnas para trabalhar em outubro – leia-se agosto superior a R\$ 100 milhões.

#### ...de planos

Agora, caberá a cada TRE promover suas próprias concorrências. As portas da eleição, há quem diga, em Brasília, que acabará saindo mais caro firmar contratos emergenciais. Só em São Paulo serão contratadas 1.472 pessoas.

#### Mudança 2

O TSE negou aumento de custos. Informou que "tal descentralização não acarretará necessidade de verbas suplementares" e que a expectativa é de "maior controle e fiscalização" e "menor preço".

27 JUL 2014

O ESTADO DE S. PAULO

# Juridicamente adequado

**Violência nas manifestações justifica a decretação de prisões preventivas que garantam o próprio exercício da cidadania**

*Dalmo de Abreu Dallari*

**Prisões** preventivas de ativistas decretadas por um juiz de uma vara criminal do Rio de Janeiro despertaram reações indignadas, com acusações ao magistrado de agir arbitrariamente, ofendendo o direito de livre manifestação que é assegurado na Constituição. Entre as reações houve a publicação de um manifesto assinado por vários deputados, afirmando que “foram prisões cautelares destinadas a reprimir delitos imaginários forjados pelos aparatos da repressão governamental”. E ressaltam que essa decisão do magistrado agrediu o Estado democrático de direito, ofendendo o direito à liberdade individual. Em outro documento de protesto foi dito que “a prisão dos ativistas foi uma grave violação dos direitos e liberdades democráticas”, concluindo que “os direitos de reunião e livre manifestação são conquistas legítimas do povo brasileiro”, motivo pelo qual a prisão dos ativistas deve ser repelida por todos os que defendem a democracia e a liberdade de manifestação.

Na justificativa de sua decisão, o magistrado em questão afirmou haver sérios indícios de estar sendo planejada a realização de atos de extrema violência para os próximos dias, a fim de aproveitar a visibilidade criada em decorrência da cobertura dos eventos da Copa do Mundo de futebol, “sendo necessária a atuação policial para impedir a consumação desse objetivo e também para identificar os demais integrantes da associação”. A Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Rio de Janeiro, também se manifestou contra a decisão judicial determinando a prisão preventiva dos ativistas, dizendo que foi “fundada em

previsões” ou baseada em suposições, sem nenhum suporte fático. E houve o recurso a uma tentativa de suscitar um escândalo internacional, com a pretensão de uma ativista, que tinha prisão preventiva decretada pelo juiz criminal, de obter asilo no Uruguai, indo ao consulado desse país no Rio de Janeiro e alegando estar ameaçada de prisão na condição de presa política. Como era mais do que óbvio, o asilo foi negado, por absoluta falta de justificativa, ficando desmascarada a ousada e descabida tentativa. Fundamentando a negativa, a autoridade uruguaia assinalou que o Brasil é um Estado democrático, onde as instituições jurídicas funcionam plenamente e qualquer pessoa que se considere prejudicada em seus direitos poderá pedir e obter proteção judicial.

Quanto a esses fatos e à decretação de prisão preventiva pelo juiz criminal do Rio de Janeiro, é oportuno lembrar que nos últimos tempos se desencadeou no Brasil uma onda de ativismo, sob os mais diferentes pretextos. A sucessão de manifestações que, pacíficas no início, descambaram para extremos de violência, com a interrupção do tráfego em vias de grande circulação, a danificação de bens públicos e privados e outras ações ofensivas a direitos fundamentais da cidadania, tudo isso justifica e mesmo recomenda a adoção de medidas preventivas em defesa dos direitos dos cidadãos e de toda a sociedade.

**CONTINUA**



27 JUL 2014

## O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

No caso do Rio de Janeiro, uma decisão de eminente integrante do tribunal de Justiça daquele Estado, em processo de habeas corpus, acaba de determinar a soltura de grande número dos presos, para que exerçam na plenitude seu direito de defesa. Mas eles continuarão sendo réus no processo criminal e na decisão de soltura foi estabelecida uma série de restrições, visando, justamente, a assegurar o prosseguimento da apuração de responsabilidades e, quando for o caso, à punição dos que tiverem praticado algum ato definido em lei como crime. Esse é o caminho juridicamente adequado que atende aos direitos da cidadania: a utilização da via judicial para apuração dos fatos e, caracterizando-se a prática de crime, a identificação dos responsáveis, para sua punição legal, assegurando-se aos acusados a plenitude do direito de defesa. Certamente, a certeza da possibilidade de responsabilização jurídica e da consequente imposição de penalidades deverá influir para a contenção dos excessos dos ativistas e contribuirá para dar segurança à comunidade e para a garantia do exercício dos direitos fundamentais da cidadania. O Brasil é um Estado democrático de direito e tem uma Constituição com plena vigência, incluindo um Poder Judiciário independente para dar efetividade à proteção e garantia dos direitos.

●  
**DALMO DE ABREU DALLARI** É JURISTA E PROFESSOR EMÉRITO DA FACULDADE DE DIREITO DA USP

Um dos 23 acusados pela Polícia Civil de integrar a quadrilha armada nos protestos no Rio, a advogada Eloísa Samy, pediu asilo político no Consulado Geral do Uruguai no Rio na segunda-feira. Após ter o pedido negado, a ativista deixou o consulado. É considerada foragida.

## O Supremo Tribunal e a concorrência bancária

O Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão monocrática do ministro Dias Toffoli, acaba de tomar decisão de enorme repercussão. Trata-se da negativa de seguimento ao recurso extraordinário interposto pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que, por maioria, entendeu que o Tribunal da Concorrência talvez não tenha competência para apreciar operações de concentração no sistema financeiro (fusões e aquisições bancárias).

O suposto conflito de atribuições entre dois órgãos do governo, o Banco Central e o Cade, para controle das concentrações bancárias, é antigo. Em 2001, mesmo após parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), aprovado pela Presidência da República, que procurava dirimir a controvérsia e atribuía a função ao Banco Central, o Cade firmou posição, mantida por sua jurisprudência até a inesperada decisão do ministro Toffoli, de que o parecer da AGU não o vinculava. Com idas e vindas de recursos interpostos pelos envolvidos e decisões favoráveis aos dois entendimentos, aparentemente, o “conflito” chega ao fim.

Reconheça-se que o tema é controvertido. No primeiro caso apreciado pelo Cade depois do indigitado parecer – exatamente o processo que deu origem à questão agora examinada –, o resultado não foi unânime. Depois, em juízo, o Cade perdeu em primeira instância, venceu por maioria no Tribunal Regional Federal (TRF) de Brasília e perdeu, também por maioria, no STJ. A recente decisão do Supremo não põe fim à polêmica.

**Sistemas concorrenciais não admitem ‘pontos cegos’. Decisão de Toffoli subverte essa lógica**

Sem prejuízo da relevante matéria jurídica em debate, a pergunta a ser feita é de outra natureza: afinal, que modelo de controle de concentrações bancárias é mais adequado para a manutenção de ambiente salutar, regulado, eficiente e, ao mesmo tempo, competitivo no sistema financeiro?

As soluções institucionais são variadas. Em algumas jurisdições, a atribuição é exclusiva dos bancos centrais; em outras, a competência recai sobre a autoridade antitruste; para grande parte, a responsabilidade é compartilhada pelas duas esferas. Há vantagens e desvantagens em todos os modelos. O mais adequado – é o que dispõe a Constituição Econômica vigente, daí a decepção com a decisão do ministro Toffoli – é o modelo do compartilhamento: o Banco Central faz o exame regulatório e avalia se existe risco sistêmico; a autoridade antitruste verifica os aspectos concorrenciais.

A verdade é que nunca existiu, propriamente, conflito entre os órgãos. O Cade sempre respeitou a atribuição, exclusiva do Banco Central, para autorizar previamente, do ponto de vista regulatório, o funcionamento ou a fusão de bancos. Outra coisa, sem previsão constitucional, é admitir que, com supêndio em frágil portaria do Banco Central, esse órgão passe a fazer o controle de concentrações. Pior: o limbo jurídico, ao invés de ser eliminado, agravou-se. Hoje não existe decisão que defina quem é competente. O acórdão do STJ, mantido no STF, simplesmente não adentra o tema.

A obsessão com o sistema financeiro – que, indubitavelmente, merece atenção pela posição fundamental dos bancos para o funcionamento de economia de mercado moderna – não pode implicar inconstitucional renúncia à igualmente essencial higidez do modelo de defesa da concorrência. O antitruste ocupa papel estruturante da ordem jurídica do mercado. Não há setores imunes. Onde eles foram criados, a história terminou mal. Sistemas concorrenciais maduros não admitem “pontos cegos”. A decisão do ministro subverte essa lógica.

Economia capitalista forte depende de sistema financeiro eficiente. Ninguém duvida de que os bancos mereçam tratamento jurídico cuidadoso. Mas isso não significa imunizar o sistema em relação ao “tonificador” que promove serviços de melhor qualidade, inovação tecnológica e preços atraentes. Esse “tonificador” atende pelo nome de concorrência. Daí provém a eficiência. Expor os bancos à competição regulada pelo Banco Central e controlada, do prisma concorrencial, pelo Cade está longe de ser plano perverso de enfraquecimento dos bancos. Representa o oposto: mantê-los na vanguarda da inovação, combinada com respeito ao consumidor, congruência com os objetivos da economia e, juridicamente, conformidade com a Constituição. Para essa tarefa o Cade é a instituição objetivamente mais habilitada.

**CONTINUA**

28 JUL 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Com certeza, o Cade recorrerá da decisão monocrática. Não faltam bons argumentos para isso. Mas esse debate não é importante apenas para o Cade. É relevante para o Brasil. E também para os bancos. A decisão do ministro Toffoli estende-se aos casos de condutas? Parece que não. Cria imunidade para cartéis? Seria inadmissível retrocesso. Casos envolvendo “cartões de crédito” ou “crédito consignado”, apreciados em importantes decisões recentes do Cade, agora escapariam ao controle antitruste? Espera-se que não. A decisão não afasta essas dúvidas.

Independentemente do resultado a ser alcançado no STF, existem outros caminhos a percorrer: 1) Votação de projeto de lei, já aprovado pelo Senado, que regula a matéria de forma mais adequada do que a resultante da decisão do ministro; 2) revisão do parecer da AGU; e 3) mobilização da sociedade e da comunidade acadêmica em torno do tema.

Os bancos são, de fato, especiais. Por isso comportam cuidados, inclusive concorrenciais, para os quais o julgamento por órgão antitruste especializado e independente é mais adequado. A Constituição diz que a lei reprimirá o abuso de poder econômico. Não há outra lei, além da Lei Antitruste, com essa competência. A crise de 2008 e a reação norte-americana – veja-se a sessão específica sobre antitruste do Dodd-Frank Act – mostram isso. O pior dos mundos é o criado pela decisão de quem deveria zelar pela Constituição e pela economia nacional.



PROFESSOR TITULAR DA  
FACULDADE DE DIREITO DA USP,  
É CHEFE DO DEPARTAMENTO  
DE TEORIA DO DIREITO DA PUC-SP

26 JUL 2014

# TRIBUNA DO PARANÁ

TRIBUNINHAS

## ELEIÇÕES

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) irá julgar 26 pedidos de impugnação contra candidatos que pretendem concorrer às eleições deste ano no estado a partir da próxima semana. Os políticos que são alvo dos pedidos têm prazo de sete dias a partir da notificação para se defender no tribunal, onde tramitam esses procedimentos.

## FIGHA LIMPA

Só a Procuradoria Regional Eleitoral (PRE) é responsável por 14 propostas de ações de impugnação. Ao todo foram avaliados todos os 1.030 candidatos que requereram registro para o pleito perante a Justiça Eleitoral, de acordo com critérios da Lei da Ficha Limpa.

## CRITÉRIOS

A PRE diz que ainda vai avaliar todos os candidatos, até a homologação dos registros, também sob outros aspectos, como critérios de condições de elegibilidade e descumprimento de formalidade legal, por exemplo.

TRIBUNA DO PARANÁ

# Direito garantido

28 JUL 2014

Participação das  
mulheres na política foi  
fruto de muitas batalhas

Paula Weidlich  
pweidlich@tribunadoparana.com.br

**N**o dia cinco de outubro, homens e mulheres com idades entre 18 e 70 anos devem comparecer a uma sessão eleitoral para escolher presidente, governadores, senadores e deputados que governarão o Brasil pelos próximos anos. Mas exercer esta obrigação cívica, que para alguns pode parecer um ato corriqueiro, é para as mulheres consequência de uma luta histórica: um direito conquistado após muitas brigas e esforços.



"Fico pronta às 7h, gosto de ir cedo e ser uma das primeiras da fila. Gosto de votar, é importante, rápido e não dói nada!", conta Luzia, de 101 anos.



CONTINUA

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), há registros de que a luta pelo direito ao voto feminino começou no século 19, antes mesmo da Proclamação da República. Mas o marco inicial da participação das mulheres na política brasileira é de 1927, em Mossoró (Rio Grande do Norte), com a professora Celina Guimarães Viana. Ela foi a primeira mulher a solicitar a inclusão de seu nome na lista de eleitores de sua cidade, com base na lei eleitoral de 1926, que determinava que no estado “todos os cidadãos poderiam votar e ser votados, sem distinção de sexos”. Após iniciativa de Celina, mulheres de outras cidades se alistaram como eleitoras e em 1929, o estado nordestino elegeu, na cidade de Lajes, Alzirã Soriano como a primeira prefeita do Brasil.

Foi somente em 24 de fevereiro de 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, que as brasileiras de todos os estados puderam votar e serem votadas. Isto aconteceu após intensa campanha nacional realizada pelas mulheres. Mesmo assim, este direito era garantido apenas para parte do público feminino: podiam votar mulheres casadas com autorização do marido, viúvas e solteiras com renda própria. As restrições foram eliminadas em 1934 e a obrigatoriedade do voto feminino veio só em 1946.

## Avanços foram frutos de batalhas

Para a professora Sandra Maria Mattar, coordenadora do curso de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), a mulher sempre teve um papel subalterno em relação ao homem, tantos em aspectos políticos como sociais. “A sociedade brasileira foi formada com base em um modelo patriarcal, em que a família e as decisões seguiam os comandos da figura paterna”, diz. “O papel feminino era de cuidar da casa e dos filhos. A situação de

submissão e de falta de direitos foi mudando aos poucos com a entrada da mulher no mercado de trabalho, principalmente após a Segunda Guerra Mundial”, afirma.

Ela destaca que todos os avanços foram frutos de batalhas. “O direito a votar e a ser eleita na década de 30 foi conseguido após intensas lutas encabeçadas por grupos de feministas, que brigavam pela participação na vida política das cidades e do país”, explica.

O Brasil foi um dos primeiros a conceder o direito de voto às mulheres. Na França e na Argentina isto só aconteceu na década de 1940. Portugal e Suíça só instituíram o voto feminino a partir de 1970.

Ao longo destes 82 anos em que as mulheres conquistaram o direito ao voto, elas passaram, aos poucos, a ocupar mais espaço na política brasileira. Hoje há mulheres em todos os cargos eletivos. Além da Presidente da República, exercem mandato duas governadoras, 11 senadoras, 45 deputadas federais e 134 deputadas estaduais. Números ainda tímidos se comparados com a presença masculina nos cargos políticos.

Sandra avalia ainda que foram conquistados importantes avanços neste curto período histórico, mas ainda há muito a ser feito para melhorar a condição da mulher. “A situação está melhor, mas ainda não estamos em um patamar satisfatório em relação à presença ou a conquista do poder por parte das mulheres. Situações como ter uma presidente mulher deveriam ser vistas de maneira natural e não como algo especial e surpreendente”. (PW)

## Experiência centenária

Com 101 anos de idade, uma das eleitoras mais antigas de Curitiba já está com seu título de eleitor pronto, apenas aguardando para o dia da votação. Nascida em 1913, na Alemanha, e moradora da capital paranaense desde seus 14 anos de idade, Luzia Agathe Juliana Barz acompanhou de perto os primeiros passos das mulheres no cenário político.

“Lembro que antigamente a mulher não andava sozinha na rua, sem a companhia do mari-

do, do pai ou de outro familiar. E para votar era a mesma coisa, a mulher era acompanhada de perto por seu marido no dia das eleições. Comigo foi assim por muitos anos”, conta.

Ao longo de seus muitos anos de experiência Luzia faz questão de ler seu jornal diariamente e assistir aos noticiários na TV, tendo inclusive o jornalista Alexandre Garcia como seu comentarista favorito. “Hoje a mulher tem mais liberdade, mas mesmo

não podendo ir sozinha a todos os lugares, eu levava uma vida boa. O que eu lembro é que antes tudo tinha mais qualidade: a educação, o transporte, o atendimento médico e até as calçadas. Isso tudo está pior hoje em dia. Mas parece que o povo não pensa nisto antes de votar. Devemos pensar mais e escolher governantes mais capacitados. Não é porque sou mais velha que não tenho esse esclarecimento”, alerta a eleitora. (PW)

28 JUL 2014

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### **MINISTRO NEGA PEDIDO DE VARGAS PARA ANULAR PROCESSO**

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou o pedido do deputado André Vargas (sem partido-PR) para anular o processo disciplinar a que ele responde no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Vargas é acusado de receber vantagens do doleiro Alberto Youssef, preso na Operação Lava Jato, da Polícia Federal.

A defesa de Vargas pediu ao Supremo a anulação do processo, alegando que não tem amplo acesso à íntegra do processo disciplinar que tramita no Conselho de Ética.

28 JUL 2014

# METRO

## Tráfico de pessoas. Começa hoje mobilização no Paraná

Em alusão ao Dia Mundial das Nações Unidas contra o Tráfico de Pessoas (30 de julho), o Paraná inicia hoje a Semana de Mobilização contra o Tráfico de Pessoas.

“A ideia principal da campanha é conscientizar sobre o problema e inspirar aqueles que detêm o poder de decisão a promover as mudanças necessárias para acabar com esse crime”, ressalta Stella Natal, coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Paraná.

Em Curitiba, o Palácio Iguazu e o Jardim Botânico serão iluminados de azul,

uma vez que a Semana faz parte da Campanha do Coração Azul, que visa implementar protocolos que integram Escritórios das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, relativos à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas. Também serão feitas palestras, abertas à população, em faculdades e universidades e distribuídos materiais educativos nas ruas.

Segundo o Núcleo, somente este ano estão em investigação 200 casos de tráfico de pessoas. Denúncias podem ser feitas pelo Disque 100 e 180. **METRO CURITIBA**

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Mobilização contra o Tráfico de Pessoas

Começa hoje, em Curitiba, a Semana de Mobilização contra o Tráfico de Pessoas. As atividades seguem até 2 de agosto e marcam o primeiro Dia Mundial das Nações Unidas contra o Tráfico de Pessoas, em 30 de julho, data definida pela Assembleia Geral da ONU.

As atividades são promovidas pelo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de

Pessoas no Paraná (NETP/PR), vinculado ao Departamento de Direitos Humanos e Cidadania, da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. A coordenadora do NETP/PR, Stella Maris Machado Natal, explica que apenas em 2014 estão sendo investigadas no Estado várias denúncias de tráfico de pessoas, envolvendo cerca de 200 casos. ■



28 JUL 2014

## JORNAL DO ÔNIBUS

### TRE divulga nome de cidadãos que vão trabalhar nas eleições

Estão disponíveis para consulta nos sites dos tribunais regionais eleitorais (TREs) o nome das pessoas que comporão as Juntas Eleitorais. O prazo estabelecido pela Justiça Eleitoral para a divulgação terminou neste domingo (27). Esse órgão colegiado provisório é constituído por dois ou quatro cidadãos e um juiz de direito, que o presidirá e poderá nomear escrutinadores e auxiliares extras para realizar os trabalhos. A partir de hoje, os eleitores que pediram inscrição ou transferência já podem ir buscar, no cartório eleitoral mais próximo de sua residência, o título de eleitor. O prazo final para que a Justiça Eleitoral estivesse com essa documentação pronta para entrega também terminou ontem. ●

## NOTAS POLÍTICAS

### Propaganda indevida

A coligação Todos Pelo Paraná, do governador e candidato à reeleição Beto Richa (PSDB), protocolou uma representação no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) contra sua adversária, Gleisi Hoffmann (PT), acusando-a de utilizar a máquina pública para proveito eleitoral. A senadora teria explorado a decisão do governo federal de suspender a portaria que tinha reduzido de US\$ 300 para US\$ 150 a cota de importação nas fronteiras terrestres.

### Contra o auxílio

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) decidiu pedir ao Conselho Federal da OAB para que este pressione o Supremo Tribunal Federal (STF) a concluir o julgamento sobre a constitucionalidade do auxílio-moradia. A decisão foi tomada pelo Conselho Estadual da OAB, na tarde de ontem. No entendimento do presidente da ordem, Juliano Breda, esta seria a única medida possível neste momento.

28 JUL 2014

## BEMPARANÁ

### Semana tem mobilização contra o tráfico

Começa hoje, em Curitiba, a Semana de Mobilização contra o Tráfico de Pessoas. As atividades seguem até 2 de agosto e marcam o primeiro Dia Mundial das Nações Unidas contra o Tráfico de Pessoas, no dia 30 de julho, data definida pela Assembleia Geral da ONU. Para marcar a data, durante a semana o Palácio Iguazu e a cúpula do Jardim Botânico ficarão azuis.

“O significado da Campanha do Coração Azul representa a tristeza das vítimas deste tipo de crime, traz a lembrança à insensibilidade daqueles que compram e vendem seres humanos e, também, representa o compromisso da ONU com o combate ao tráfico de pessoas”, explica a Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Paraná (NETP/PR), Stella Maris Machado Nata.

Stella Maris explica que ape-

nas em 2014 estão sendo investigadas no Estado várias denúncias de tráfico de pessoas, envolvendo cerca de 200 casos. Em termos nacionais, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma que, quanto ao tráfico de pessoas, a maior parte dos casos refere-se à exploração sexual, tendo como principais vítimas mulheres, crianças e adolescentes. Em segundo vem a exploração para o trabalho escravo, ou seja, trabalho forçado, servidão, escravatura ou práticas similares e, em último lugar, a exploração para remoção de órgãos.

Stella informa que a mobilização ocorre simultaneamente à Campanha do Coração Azul, que tem a finalidade de implementar os protocolos que integram os Escritórios das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, relativos à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas.

# Juntas BEMPARANÁ

Estão disponíveis para consulta nos sites dos tribunais regionais eleitorais (TREs) o nome das pessoas que comporão as Juntas Eleitorais. O prazo estabelecido pela Justiça Eleitoral para a divulgação terminou ontem. Esse órgão colegiado provisório é constituído por dois ou quatro cidadãos e um juiz de direito, que o presidirá e poderá nomear escrutinadores e auxiliares extras para realizar os trabalhos.

28 JUL 2014

## Impugnações

Os nomes das pessoas indicadas para compor as juntas são publicados em tempo hábil para que qualquer partido político possa pedir a impugnação das indicações. Com a composição anunciada até 60 dias antes das eleições pelos tribunais regionais eleitorais (TREs), as Juntas Eleitorais têm a obrigação de apurar, em até dez dias, as eleições realizadas nas zonas eleitorais sob a sua jurisdição, expedir os boletins de apuração e diploma os eleitos para cargos municipais.

## Transferência

A partir de hoje, os eleitores que pediram inscrição ou transferência já podem ir buscar, no cartório eleitoral mais próximo de sua residência, o título de eleitor. O prazo final para que a Justiça Eleitoral estivesse com essa documentação pronta para entrega também terminou ontem.

## Cota (I)

A coligação Todos Pelo Paraná, do governador e candidato à reeleição Beto Richa (PSDB), protocolou uma representação no TRE-PR contra Gleisi Hoffmann (PT), acusada de utilizar a máquina pública para proveito eleitoral. Segundo as alegações, a senadora teria explorado a decisão do governo federal de suspender a portaria que tinha reduzido de US\$ 300 para US\$ 150 a cota de importação nas fronteiras terrestres do Brasil, a fim de fazer propaganda eleitoral em um blog. Para os os tucanos, Gleisi teria conhecimento da redução da cota e usou de influência no Palácio do Planalto e Ministério da Fazenda para voltar atrás da decisão e se beneficiar do prestígio entre a população afetada pela medida.

## Cota (II)

O deputado Fernando Francischini, líder do Solidariedade, anunciou que vai apresentar hoje projeto de lei que altera o decreto nº 1.455 de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre o limite de compras no exterior com isenção de tributos. Francischini propõe o aumento do limite de gasto isento de impostos que o turista brasileiro gasta no exterior para US\$ 500 para viagem terrestre, fluvial ou lacustre, e para US\$ 700 caso o ingresso no país seja por via aérea ou marítima.

## Mulas

Francischini considera que o limite baixo de US\$ 300 incita a ação de "mulas", pessoas recrutadas a cometerem o crime de descaminho, transportando mercadorias de forma que escapem da fiscalização tributária na entrada do país. "Quanto menor a cota, mais são os jovens que estão fora da escola trabalhando para o crime organizado como mulas", justifica.

# IMPACTO PARANÁ

## JUSTIÇA

Osmann de Oliveira  
- Advogado

26 JUL 2014

# E PARA OS PROCURADORES, NADA!

O Governo do Estado do Paraná, diante do trabalho cauteloso e convincente tanto na magistratura quando do Ministério Público, resolveu acolher as súplicas que lhes foram feitas e outorgou aos dignos integrantes dessas duas instituições o direito de receberem valores correspondentes à alimentação e moradia, assim, como se os vencimentos e proventos de ambos não se destinassem a suprir essas necessidades.

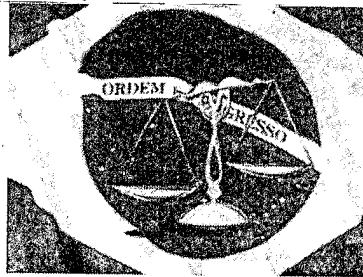
Seguindo essa linha Procuradores do Estado e do Município pretendem alcançar os mesmos favores.

Consta ser o entendimento de o governo negar qualquer coisa sob o pretexto de que estes já somam aos seus salários honorários pelos trabalhos que prestam ajuizarem ações executivas contra os devedores.

O erro, entretanto, não se encontra nos pagamentos da verba de sucumbência, mas, sim, na forma como o Estado analisa a questão.

Os advogados do Estado e do Município ganham salários regulares, porém, exíguos; Os aposentados, então, andam com os bolsos vazios, pois, na prática e pessoalmente não recebem os "comemorativos" que lhes são devidos, pois tem que dividir. Os inativos não participam, nem direta e nem indiretamente, do "bolo", ainda, que tenham contribuído para a formação do "monte".

Parece ser chegado o momento de uma séria análise dessa situação.



Ora, se o Estado encontrou uma fórmula de pagar melhor a uma parcela significativa do funcionalismo e sem ferir o teto constitucional que proíbe o pagamento de salários acima do que ganham ministros, o justo é que acolham as reivindicações dos pequenos e trate com igualdade os desiguais, pois, todos precisam ganhar melhor e nada justifica a discriminação existente.

Não se está contra as verbas pagas. Parece que são compatíveis com a dignidade dos cargos exercidos. O que está errado, completamente errado, é que dentro do funcionalismo faça-se tamanha distinção.

Se os Procuradores do Estado ou do Município percebem honorários advocatícios onerando, sobremaneira os contribuintes, que isso se acabe ou que se reverta em diminuição dos valores extorsivos com os quais arcam todos aqueles que, às vezes, mal conseguem pagar os impostos, taxas e custos judiciais, pois, ao Estado não é dado ou não deveria ser dado o poder de onerar a população forçando-a inclusive, a "doar" valores para associações privadas. Esta é, entretanto, matéria para outro dia. Por enquanto, basta!

26 JUL 2014

# IMPACTO PARANÁ

## POR MAIS QUE TENTEM EXPLICAR ESCÂNDALO DO TRIBUNAL DE CONTAS NÃO VAI SER APAGADO

Enquanto uns e outros dizem que estão tentando, pura e simplesmente, empurrar pra debaixo do tapete, a sujeira deixada pelo escândalo da propina flagrada com o coordenador geral do Tribunal de Contas, os fatos não caíram no esquecimento pura e simplesmente como desejavam alguns.

Com o presidente do Tribunal de Contas, Artagão de Matos Leão, pendurado em delicada situação no CNJ- Conselho Nacional de Justiça, onde ação investiga suas responsabilidades no escândalo da propina com a Sial Construções, o fato se mantém nas divulgações que buscam esclarecimentos definitivos pois ficou no ar a suspeita de que ainda tem lingüiça embaixo dessa farofa.

Luiz Bernardo Dias Costa, coordenador geral do Tribunal de Contas, conhecido profissionalmente como pessoa acima de qualquer suspeita, com uma carreira profissional de destaque naquela instituição, tanto como catedrático universitário, sumiu de ci-

rução após deixar a cadeia sob fiança, preocupado agora com uma aposentadoria no TC, e que estaria perto de acontecer, situação comprometedor para quem recebia extraordinário salário e jamais se admitiria pudesse cair em tal armadilha.

Com os responsáveis pelo pagamento da propina, em nome da Sial Construções, ainda desfrutando de uma situação mais tranquila por conta das milionárias licitações das quais participou em outras instituições, além desta do TC, gerando naturalmente as suspeitas de que tal comportamento possa comprometer a imagem de outros procedimentos, a situação não pode, sob hipótese alguma, ser varrida simplesmente para debaixo do tapete.

Por mais que o presidente do TC,



tenha tentado explicar em sessão plenária, a dita e lamentável situação, enquanto não houver um pronunciamento do CNJ a respeito da participação do mesmo, as suspeitas continuarão povoando o universo de comentários que se espalham pelo Centro Cívico, Boca Maldita e toda a sociedade paranaense.

## AO PÉ DO OUVIDO

Foi arquivada em 2008 uma ação contra o advogado Túlio Dening Bandeira, acusado do roubo de cargas. Teve prisão provisória e depois preventiva decretada por Juiz da Vara Criminal de Santo Antonio do Sudoeste, salvando-se, no entanto, via STF, por conta de uma ação mal formulada. Hoje o dito cujo é candidato ao governo paranaense pelo PTC, sendo ligadíssimo ao grupo político Beto Richa.